



FORA, BOLSONARO

O governo da destruição completa 1.000 dias, ostentando 597.749 mortes por Covid. Só que o povo ganhou as ruas das capitais e principais cidades do Brasil e do mundo para defender a vida e protestar!

Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 2021
Foto: Pedro Rocha/Mídia Ninjã

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 4 de outubro de 2021 Nº 30

NESTA EDIÇÃO

Sergio Nobre e Miguel Torres: País vive uma tragédia
O presidente admite que inflação está descontrolada
Europa e EUA estão virando a página neoliberal
Alok promove cultura indígena em evento global

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
CENTENÁRIO
Paulo Freire

A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR

ACESSE EM: fpabramo.org.br

25 ANOS
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
de Documentação e
História Política

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO
FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

sustentado por DCM Forlitt

TV SAT

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus
BRASIL

Revista Focus Brasil
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

O POVO GRITA EM TODO O PAÍS: FORA, BOLSONARO

Novos protestos massivos são realizados em todas as capitais do país, com partidos de centro aderindo às novas manifestações contra o governo

Página 11

EDITORIAL. O governo derrete, o povo toma as ruas e vê luz para 2022

Página 4

ENTREVISTA. Sérgio Nobre e Miguel Torres avaliam que o país está desfigurado

Página 6

GOVERNO. No aniversário de 1 mil dias do governo, só morte e destruição

Página 16

ISOLADO. Política externa de Bolsonaro coloca o país como um pária no mundo

Página 22

FAKE NEWS. Presidente radicaliza para tentar manter a base coesa

Página 24

VERGONHA. Flagrante no Rio expõe retrato da fome e da miséria. Obra do governo

Página 26

ESPERANÇA. Ao jornal *La Repubblica*, Lula: É preciso tornar o mundo solidário

Página 28



Rio de Janeiro. Pedro Rocha/Mídia Ninja

ARTIGO. O líder Bohn Gass denuncia que governo amplia a desigualdade

Página 29

ORÇAMENTO. Mesmo em crise, governo corta R\$ 35 bilhões do SUS para 2022

Página 30

PREJUÍZO. Insumos médicos são destruídos por má-gestão do ministério

Página 31

CPI. Denúncia de acordo macabro do Planalto com a empresa Prevent Senior

Página 32

TRIBUTO. PT lamenta a morte do médico Carlos Neder por Covid-19

Página 34

ATAQUE. Paulo Rocha: Governo veta ajuda a agricultores familiares

Páginas 35

PESQUISA. A grande força eleitoral de Lula é na base da sociedade brasileira

Página 36

ECONOMIA. Como EUA estão lutando para reduzir a desigualdade de renda

Página 38

EUROPA. Abandono da agenda neoliberal e adoção de plano ousado

Página 40

INTERNACIONAL. A social democracia obtém vitória expressiva na Alemanha

Página 44

MEMÓRIA. A guerra na Maria Antonia e a sanção da lei que cria a Petrobrás

Página 46

ÍNDIGENAS. Alok faz show e promove a luta em defesa dos povos da floresta

Página 48

MUSA. Os 75 anos da cantora e rainha Maria Bethânia, a voz do Opinião

Página 50



A VOLTA DA FOME

Flagrante na Glória, no Rio de Janeiro, terça-feira, 28 de setembro: cidadão avança sobre restos de carne em um caminhão frigorífico para separar o que comer, entre ossos e pelancas. Este é o Brasil de Bolsonaro

MIL DIAS DE ESCURIDÃO E A LUZ NO FIM DO TÚNEL

Aloizio Mercadante

O Brasil chega aos mil dias do governo Bolsonaro respirando por aparelhos. O balanço do des-governo envolve uma catástrofe sanitária, social e econômica. A tragédia humanitária na condução da pandemia com 597.749 mortos está sendo acompanhada pela devastação do meio ambiente, o desmonte do estado de bem-estar social, a retirada de direitos dos trabalhadores, o ataque à democracia com degradação das instituições e o isolamento do Brasil na comunidade internacional.

Uma das faces mais cruéis desses mil dias de escuridão é a volta da fome, da miséria e o agravamento da desigualdade. São 116,8 milhões de pessoas em condições de insegurança alimentar e 19,1 milhões passando fome. Além disso, cerca de 2,2 milhões de famílias estão na fila do Bolsa Família, que não é reajustado desde 2016.

A desestruturação do mercado de trabalho é muito profunda. São 14,4 milhões de desocupados, 5,6 milhões de desalentados e 32,2 milhões de subutilizados. Tudo isso em um cenário de volta acelerada da inflação, que acumula alta de 15,2% com Bolsonaro, e de retração do PIB, que ficou em -0,1% no 2º trimestre deste ano, acompanhada por um acelerado processo de desindustrialização e fuga de empresas do país.

A Petrobras, uma empresa estratégica para o desenvolvimento nacional, está totalmente submetida a maximizar o lucro dos acionistas minoritários, com o indexamento do preço do combustível ao dólar e ao preço internacional do barril de petróleo. O resultado são preços abusivos no diesel, na gasolina e no gás de cozinha. Esses preços elevados impactam a estrutura de transporte e alimentam a inflação, também pressionada pelos elevados preços da energia elétrica, que atravessa uma grave crise hídrica e erros de gestão do sistema, que projetam riscos crescentes de um apagão.

É contra todos esses retrocessos que as centrais sindicais, o movimento negro, a juventude, os estudantes, as organizações em defesa da moradia, as mulheres, os trabalhadores e as trabalhadoras, as pessoas LGBTQIA+ e todos os partidos de esquerda tomaram as ruas do país neste dia 2 de outubro. Estive pessoalmente na Paulista e vi de perto toda a energia, a alegria e a força de uma das mais vigorosas mobilizações das forças progressistas desde as campanhas das diretas.

Os desafios da reconstrução do Brasil são gigantescos, mas há um novo caminho que deverá exigir o protagonismo do Estado como coordenador e indutor do processo de reconstrução e transformação do país. Nos Estados Unidos, há uma dura disputa para rever o papel

do Estado e na União Europeia, um novo programa inovador e estratégico, Next Generation, busca respostas para a superação do modelo neoliberal.

Não será com mais do mesmo que vamos superar essa dramática situação do Brasil. Os candidatos da chamada terceira via ou apoiaram Bolsonaro ou se omitiram diante da tragédia anunciada. São, em sua maioria, antibolsonaristas tardios que seguem apoiando aberta ou envergonhadamente o neoliberalismo de Guedes.

A alternativa para o Brasil não é a terceira via, mas é a melhor via, que fez o que prometeu e que entregou os melhores resultados que o Brasil já teve na história contemporânea. É a via que provou ser possível combinar estabilidade com crescimento econômico, soberania, sustentabilidade, cidadania, democracia, distribuição de renda e justiça social. Por isso, Lula segue liderando e crescendo fortemente em todas as pesquisas e ampliando as alianças políticas pelo país.

A disputa será entre o atraso, o obscurantismo e a violência, patrocinados por Bolsonaro, e a democracia e um novo modelo de desenvolvimento justo, solidário e sustentável, representados por Lula. Nessa disputa entre a barbárie e a civilidade, o povo na rua e a liderança de Lula são as luzes no fim do túnel nesses tempos de escuridão. •



ESTAMOS VIVENDO UMA TRAGÉDIA

Os sindicalistas Miguel Torres, da Força Sindical, e Sérgio Nobre, presidente da CUT, apontam os graves retrocessos impostos por Bolsonaro aos trabalhadores, mas têm esperança de que o Brasil será reconstruído, sob a liderança mais uma vez de Lula

Pedro Camarão

O Brasil vive uma tragédia política, econômica e social sem precedentes. Mesmo se o país não estivesse vivendo a pandemia da Covid-19, os últimos mil dias são o retrato do avanço da barbárie e da agenda neoliberal sobre os direitos do povo brasileiro.

Esta é a opinião unânime dos sindicalistas Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Miguel Torres (Força Sindical). O diagnóstico de ambos é que o governo de Jair Bolsonaro conseguiu impor uma agenda de retrocessos e ataques aos direitos dos trabalhadores que será muito difícil ser revertida.

O impasse que o país vive precisa ser superado nas eleições presidenciais de 2022. “As eleições do ano que vem vão definir o que o Brasil vai ser nos próximos 15, 20 anos”, aposta Nobre. “Uma reeleição do Bolsonaro seria uma tragédia porque o país não aguenta mais, não suporta esse caminho”.

Só a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva pode representar novamente dias de esperança para o povo e a recuperação da imagem da Nação, esculhambada e vilipendiada pela ação deletéria de Bolsonaro. “Lula tem a oportunidade e eu o vejo como a única liderança com capacidade de unir o país novamente e estancar esses retrocessos todos que foram acontecendo”.

A seguir, os principais trechos da entrevista à revista Focus Brasil.

Focus Brasil – O governo completou mil dias. Qual é a avaliação sobre esse período tão tenebroso para o país?

Sergio Nobre – Primeiro, a tragédia que estamos vivendo. Quando você tem quase 600 mil mortos pela pandemia e no início havia projeções de atingir 200 mil mortes no primeiro ano e todo mundo achou que fosse um absurdo, agora estamos chegando em 600 mil mortes. E a gente sabe que 70% disso poderia ter sido evitado se o governo assumisse a sua responsabilidade na crise, se tivesse atendido às re-

ESTAMOS VIVENDO UM QUADRO QUE NUNCA VI NA MINHA VIDA: TEMOS UM TERÇO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DESEMPREGADA

comendações dos especialistas, da ONU, enfim... Hoje, estamos vivendo um quadro que nunca vi na minha vida. Temos um terço da população brasileira desempregada. Quem já foi desempregado sabe o que significa. Trabalhador quando perde o emprego, perde tudo. Outros tantos estão no desalento, desistiram de procurar porque sabem que não vão encontrar emprego. A carestia e a fome já estão atingindo mi-

lhões de lares brasileiros. É visível isso, é só você andar nas ruas de qualquer grande cidade que vai ver a quantidade de pessoas que estão dormindo nas ruas. E a gente sabe disso porque os sindicatos têm atuado muito nisso, na distribuição de alimentos, no apoio à população, a gente vê a gravidade da crise social que nós estamos vivendo.

E o Bolsonaro vem destruindo todos os instrumentos para poder mudar essa situação. Então, por exemplo, o país nunca cresceu e teve períodos de desenvolvimento com geração de emprego que sem o Estado organizando, as estatais investindo para o país crescer. E o Bolsonaro está destruindo. Ele está entregando o sistema elétrico, está entregando a Petrobrás em pedaços, está entregando o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. Agora, com a PEC 32 ele está ameaçando acabar com o serviço público, o que é terrível. O que é a PEC 32? Acaba com concurso público e passa a contratar de qualquer maneira, emprego temporário, precário... Todos sabem as pressões que prefeitos e governadores sofrem para contratar pessoas sem concurso. Isso é acabar com a carreira do serviço público e com tudo o que ela significa para o povo brasileiro. É só perguntar aos companheiros da saúde as pressões que sofreram do Bolsonaro para defender cloroquina, defender não sei o quê... E não fizeram porque têm a proteção do serviço público. Então, o concurso e a estabilidade servem para isso, para que possam exercer suas funções e contrariar quando necessário. Tudo isso é muito grave e cada dia que passa é mais destruição. Por isso que não tem bandeira mais importante hoje

no país do que o impeachment do Bolsonaro e essa consciência está chegando em todo mundo, independentemente de partido. O povo brasileiro não pode mais continuar nessa rota.

Miguel Torres – Eu até escrevi um artigo sobre os mil dias e noites de terror para o povo brasileiro. É uma loucura, o país ficou de cabeça para baixo. Está desorientado. A nossa avaliação é péssima. Ele atacou todas as instituições democráticas do país, atacou direitos de trabalhadores. É um desastre total. O primeiro ato dele foi acabar com o Ministério do Trabalho, o segundo foi cortar o reajuste de zero ponto pouco por cento do salário-mínimo. Tudo isso antevia o que nós iríamos passar. Mas o ataque à democracia é com certeza o pior dos ataques, junto ao ataque ao meio ambiente, aos povos indígenas, aos direitos dos trabalhadores. É um ataque à esperança, né? Hoje, não temos uma perspectiva de sair da crise. O governo tinha que estar no comando para enfrentar a pandemia e a crise econômica, mas ele está “se lixando” para isso. Ele está deixando “a Deus dar”. É muita coisa junta, tudo ruim. Não tem nada de bom.

– **A sensação é de que o país está sem rumo, né?**

Miguel Torres – Totalmente sem rumo e não é só do nosso lado dos trabalhadores, não. A gente conversa com empresários todos os dias. Eles estão também “mais perdidos do que cego em tiroteio”. Não tem confiança de investimento, não tem nada. Para a economia e para o país esses mil dias são um desastre.

– **Com relação à precarização do trabalho, para além do desemprego e da fome,**

Bolsonaro vem atuando para fragilizar os sindicatos e os trabalhadores.

Sergio Nobre – Ele só consegue, na cabeça dele, implementar essa agenda se enfraquecer os movimentos social e sindical. Ele desde o início, e não só ele, o Temer também, trabalhou nessa agenda. Inclusive, mentindo para a população dizendo que o que gera emprego é você precarizar as condições de trabalho. O que gera emprego é investi-

BOLSONARO ATACOU TODAS AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS DO PAÍS, ATAQUE DIREITOS DE TRABALHADORES. ELE É UM DESASTRE TOTAL

mento. É o que eu tenho falado para todo mundo. O Brasil pode legalizar a contratação de escravo, mas se não tiver demanda, o país não cresce, não vai contratar ninguém. E quando a gente defende a geração de emprego, tem que ser emprego de qualidade. Qual é o emprego de qualidade? É aquele que permite a pessoa criar a sua família, educar os filhos, dar proteção, comer, beber, morar com dignidade. Se os empregos não criam essas condições, não são empregos

desejáveis. Então, estamos vindo destruir os empregos com qualidade, aqueles de período integral, que têm proteção social, contribuição com o INSS, Fundo de Garantia... Estamos destruindo esses empregos e criando postos de trabalho de 4 horas, de 3 horas, com parte do salário-mínimo. Esse não é emprego que nós queremos para o nosso país. A gente quer emprego na engenharia, na medicina, na educação. Esses são os empregos que o país precisa. Isso é muito grave e compromete o futuro do nosso país.

Eu tenho um filho que está fazendo engenharia. Está no último ano, sofrimento danado, R\$ 3 mil por mês para pagar a mensalidade e eu falei para ele: “Você vai se formar e vai ter duas opções. Ou você vai se frustrar porque o Brasil não gera demanda para engenheiro ou você vai para o Canadá ou para os EUA para tentar trabalhar como engenheiros porque aqui não tem demanda”. A gente vê isso com tristeza. As pessoas têm sonhos de crescer profissionalmente, mas o país tem que criar as condições e gerar esse tipo de emprego, coisa que não está fazendo. É a coisa mais triste vemos cientistas que se formam aqui e vão embora porque não há condições aqui. Aliás, é outra coisa que o Bolsonaro vem fazendo, destruindo as universidades, perseguindo professores, perseguindo reitores e destruindo nossas empresas que geram tecnologia.

Miguel Torres – Na posse dele o discurso já foi de ataque. Todas as ações do governo dele, todos os projetos de lei ou medidas provisórias que vão para a Câmara ou para o Senado sempre têm matérias estranhas àquele tema e são prejudiciais aos trabalhadores. Não tem outra coi-

sa. Sempre é contra os direitos dos trabalhadores. Então, está precarizando muito. Fazia muito tempo que a gente não ganhava uma. No Senado, conseguimos reverter o que aconteceu no MP 1.045/2021 – criava uma minireforma trabalhista – que tinha sido aprovada na Câmara. Mas é só isso. No dia-a-dia, o entendimento do governo é de ataque. Nós estamos vendo constantemente. Tem uma Comissão do Trabalho, a CTPP [Comissão Tripartite Paritária Permanente] que mexe com normas de saúde e segurança do trabalho e está em constante mudança. Sempre fazendo revisões que prejudicam os trabalhadores. Portarias do INSS, portarias da economia sempre tem alguma coisa que vai contra os trabalhadores.

Mesmo a MP 1.045/2021 que era uma medida provisória que iria regulamentar, e que concordamos, um programa de proteção ao emprego, transformou-se num monstro. Mesmo perdendo, o governo disse que vai reapresentar os mesmos temas numa outra medida provisória. Então, mostra essa onda contínua de ataques em cima dos trabalhadores. E isso é um tiro no pé porque se o trabalhador não tiver condições mínimas de participar da vida econômica, o país continua em crise. O trabalhador quando tem R\$ 1 sobrando, ele não põe na Bolsa, ele vai comprar, vai fazer a economia girar. E vamos dizer que o Bolsonaro não está fazendo isso sozinho. Ele está atendendo uma turma de maus empresários. A economia está indo “para o vinagre” por causa disso, porque não tem massa salarial e não tendo isso, o comércio não vende e não compra da indústria, a indústria demite e vira um ciclo que a gente já sabe o que acontece. O que me preocupa é que se não tiver alguma

ação para fortalecer minimamente a economia, vamos ter o que aconteceu na década de 1980. Muita gente está passando fome, o número de moradores de rua só aumenta e muito. E não é mais aquele perfil de dependente químico, droga pesada ou alcoólatra, são famílias. Marido, esposa, filha, todo mundo na rua. E está aumentando.

– **Uma das coisas mais contraditórias deste governo**

SE NÃO TIVER ALGUMA AÇÃO PARA FORTALECER MINIMAMENTE A ECONOMIA, VAMOS TER DE NOVO A DÉCADA DE 1980. MUITA GENTE ESTÁ PASSANDO FOME

e da narrativa do Bolsonaro é que ele se diz defensor da família, mas ao prejudicar o trabalhador da forma como faz, prejudica as famílias.

Miguel Torres – Acho que nisso, ele não mentiu. Ele realmente pensa na família, só que é na família dele. A família dele está superprotegida. Agora, na família brasileira, ele não está pensando. Veja, ele vetou remédio para câncer. Vetou para o pobre, não foi para o rico. O país realmente está perdido, por isso, precisamos construir unidade na socie-

dade. Para recuperar o que nós tínhamos vai dar muito trabalho.

– **Talvez seja um dos piores momentos da história do país, né?**

Sergio Nobre – Para mim, não há dúvida. A classe trabalhadora nunca teve fase boa. Sempre precisamos de muita luta, tudo que conquistamos sempre foi de baixo de muita mobilização, mas eu acho que nunca na história a classe trabalhadora brasileira viveu um momento tão terrível como esse. Nunca. Por isso, precisa ter a unidade de todo mundo para que a gente possa superar esse momento.

– **É necessária uma reestruturação?**

Miguel Torres – A sociedade tem que assumir que não dá mais para o governo. Ela tem que tomar conta disso. Empresários, trabalhadores, a sociedade civil. Hoje, somos chacota internacional. Quando se fala do Brasil lá fora, é chacota. Temos que recuperar a imagem que tínhamos há poucos anos. Éramos um exemplo para muitos países. Hoje, somos tratados como escória por causa de um presidente que está fazendo o que está fazendo. Temos que unir a sociedade para que possamos avançar nessa luta contra o que está acontecendo, mesmo sabendo que ano que vem tem eleição. Foi eleito? Foi eleito democraticamente, mas foi um erro histórico porque ele enganou grande parte do povo brasileiro.

– **Existe uma reunião de forças e de grupos distintos em oposição ao governo. Qual a importância disso?**

Miguel Torres – Temos que valorizar. Sabemos que essas forças que estão se aproximando agora, não vão estar unidas na eleição do ano que vem. Não somos ingênu-

os para não saber disso. Existem interesses que vão ser conflitantes. Mas, neste momento, é importante mostrar que a grande maioria da população não aceita um governo que faça tudo isso. Quando esses grupos se unem na mesma pauta, no mesmo ambiente, isso fortalece a democracia.

– O senhor acredita que exista a necessidade de se construir uma frente ampla, uma união nacional?

Sergio Nobre – Eu penso que as eleições do ano que vem vão definir o que o Brasil vai ser nos próximos 15, 20 anos. Uma reeleição do Bolsonaro seria uma tragédia porque o país não aguenta mais, não suporta esse caminho. Mas vai ser uma eleição muito dura. Eles controlam o Estado, não é pouca coisa o que têm na mão. E se a gente for tomar como referências as eleições que ocorreram nos países vizinhos, mesmo nos EUA, não teve terceira via coisa nenhuma. Todas as eleições foram polarizadas, resolvidas por uma diferença muito pequena. Nos EUA foi assim, Argentina foi desse jeito, Bolívia, Peru, Venezuela. E, no Brasil, também vai ser uma eleição muito polarizada. Lula, de um lado, e Bolsonaro, do outro. E vai ser uma guerra nas ruas e nas redes sociais. A classe trabalhadora tem que ter essa tarefa de vencer as eleições como seu principal objetivo porque vai definir o futuro. Se a gente vencer e tomar o caminho correto, não vai ser fácil a reconstrução porque o grau de desmonte que fizeram é muito grande, vai exigir muita unidade entre nós. Então, a unidade do campo progressista não pode se dar só nas eleições, tem que se dar pós eleição também, porque se ganhar a eleição vai ser difícil, reconstruir o país vai ser mais difícil ainda.

– E qual é o papel do ex-

presidente Lula para a reestruturação do país?

Sergio Nobre – Eu acho fundamental. Com todo respeito a quem defende outras candidaturas, mas esse momento é para ele. Para superar esse momento que estamos vivendo, você precisa ter uma liderança muito forte e o presidente Lula é uma liderança muito forte. Ele é respeitado no Brasil e no mundo todo e governou o país por oito anos. Se agora estamos vivendo o pior período

TENHO CERTEZA ABSOLUTA DE QUE OS OITO ANOS DO PRESIDENTE LULA FORAM OS MELHORES PARA A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

da história da classe trabalhadora, durante os oito anos dele foi o melhor período que a classe trabalhadora viveu. Eu não sei por que eu não vivi o período Getúlio Vargas que os meus avós diziam que foi bom para a classe trabalhadora. É difícil mensurar. Então, tirando esse período, tenho certeza absoluta de que os oito anos do presidente Lula foram os melhores para a classe trabalhadora. Avançamos na democracia, então todos os movimentos tinham espaço de negociação, você ia para Brasília e encontrava todo mundo

lá – catadores, pessoal do serviço público, da indústria... Todo mundo negociando, debatendo suas pautas, as centrais sindicais reconhecidas, avançamos em conquistas na legislação trabalhista, o país cresceu, se desenvolveu, chegamos quase no pleno emprego. Lula saiu com quase 90% de aprovação do povo brasileiro. Então, ele fez. Não é uma aposta como os outros são. Portanto, essa conjuntura é pra ele. Não é para outra pessoa. E acho que ele tem muita consciência disso e está se preparando porque vai enfrentar um processo muito duro no ano que vem. Mas sairá vitorioso. Aliás, se tem uma coisa que a história do presidente Lula mostra desde a infância é que ele sempre superou os momentos difíceis. Sempre que a vida emparedou, ele superou e acho que agora não vai ser diferente.

Miguel Torres – Eu concordo. Lula tem a oportunidade e eu o vejo como a única liderança com capacidade de unir o país novamente e estancar esses retrocessos todos que foram acontecendo. Vejo que ele tem condições de pôr o Brasil novamente num patamar de respeito no mundo. Ele tem condições de reverter retrocessos contra a sociedade, mas o respeito às pessoas, com certeza. Sei que é muito difícil chegar e falar com tudo o que o Bolsonaro fez de uma hora para outra. Não é assim. Nós vamos ter que ter um Congresso Nacional, tem que ter um corpo político para dar força para ele. Mas, com certeza, no que depender dele, ele vai reconstruir esse país. É essa a esperança que nós trabalhadores temos nele. Esperança na seriedade que ele tem, na articulação que ele sempre teve e confiamos que ele vai fazer o país voltar a crescer, ser respeitado e dar dignidade a sua nação. •

FORA, BOLSONARO!

BRASÍLIA, 2 DE OUTUBRO

Militantes de organizações populares, incluindo sindicatos, movimentos sociais e da sociedade civil, tomam a capital para repudiar o governo

O BRASIL DIZ BASTA DE MORTE E DESTRUIÇÃO



SÃO PAULO, 2 DE OUTUBRO

Na Avenida Paulista, manifestantes aderiram ao ato desde o início da tarde do sábado. A promessa é de novos atos em 15 de Novembro



Amanda Perobelli/Reuters

As manifestações de #2deOutubro levaram **700 mil pessoas** às ruas de **304 cidades** do Brasil e **18 países** no exterior

Dez partidos e centenas de organizações dos movimentos sociais e sindicais ganharam as cidades para **protestar contra o governo da destruição e da morte**

Em defesa do emprego e pelos **597.749 mortos**

Fora, Bolsonaro!

O Brasil assistiu no sábado, 2, novas manifestações massivas contra o presidente Jair Bolsonaro e seu governo de destruição e morte. No momento em que o país contabiliza 597.749 mortos durante a pandemia, pelo menos 700 mil pessoas ganharam as ruas de 304 cidades do Brasil e em 18 países no exterior para defender a vida, exigir a saída do presidente da República e protestar pelo

aumento da fome, da miséria e do desemprego.

A maioria das capitais e grandes cidades do país foi tomada por manifestações contra Bolsonaro e seu governo. Em cartazes, faixas e palavras de ordem, a denúncia da alta dos preços, do desemprego e da fome. As dificuldades vividas pelo povo foram acompanhadas pela cobrança de impeachment, engavetado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira. As manifestações expressaram também avan-

ço na busca da unidade das forças progressistas e populares.

Líderes dos movimentos sindicais comemoraram a ampla adesão, inclusive de setores que ainda não haviam saído às ruas em protesto contra o governo. Em São Paulo, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, exultou a construção da unidade das forças democráticas.

“Foi um ótimo ato, com um palco democrático. Isso nos fortalece para construir um ato ainda

mais amplo no dia 15 de Novembro. Vai ser o maior da história. Não dá pra passar por essa situação e ficar parado. O objetivo é o Fora, Bolsonaro. Hoje, são 1.005 dias de sofrimento para o povo brasileiro”, disse.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, também disse que o próximo ato em 45 dias será maior e mais amplo. “Temos que fazer um debate com a periferia. Temos que falar que a indignação com o preço do feijão, da carne e da gasolina não tem como acabar com Bolsonaro na Presidência”, afirmou. Ele disse que, com o presidente no Palácio do Planalto, o desemprego que já atinge 15 milhões de brasileiros vai aumentar ainda mais.

Líderes políticos da oposição têm a mesma avaliação. Foi lindo o ato na Avenida Paulista, com muita energia de luta e com mais forças políticas, entidades sindicais, movimentos sociais e ativistas da sociedade civil. A ampliação da unidade dessas forças vai se construindo pelo objetivo comum de tirar Bolsonaro”, disse a presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR).

Sérgio Nobre bateu duro: “Ou o povo vem para luta, ou os preços vão continuar aumentando. Trabalhadores têm que ter consciência de que um terço da população hoje está desempregada. Se não derrubarmos o governo, o desemprego vai bater na porta, vai chegar a todos nós. É uma tragédia jamais vista”.

As manifestações do final de semana reuniu líderes sociais, movimentos indígenas e negros, centrais sindicais, artistas e políticos de vários partidos. Na Avenida Paulista, os ex-candidatos a presidente da República Fernando Haddad (PT), Guilherme Boulos (PSOL), Ciro Gomes (PDT) e dirigentes de outras agremiações partidárias compareceram e fizeram discursos. Eles atacaram o governo, a inflação e a trágica crise social e eco-

Wesley Rezende/Photopress

Eduardo Moraes/Reuters

Edu Prudêncio/Mídia Ninja

Enzo Ferraro/Mídia Ninja



SÃO PAULO E RIO, 2 DE OUTUBRO

Fernando Haddad, Eduardo Suplicy e Guilherme Boulos subiram no palanque para falar a manifestantes. No Rio, o povo tomou o centro



RIO E RECIFE, 2 DE OUTUBRO

O ator e escritor Gregório Duvivier foi ao centro do Rio para participar do ato. No Recife, o senador Humberto Costa também aderiu ao ato



Maria Vasconcelos/Futura Press

nômica que o país assiste desde que Bolsonaro assumiu o poder e aprofundou a agenda neoliberal adotada por Michel Temer depois do Golpe de 2016.

Haddad disse que as expressivas manifestações que aconteceram em 304 cidades são uma demonstração de que a maioria do povo brasileiro não admite mais os ataques de Bolsonaro e o seu governo da miséria e da corrupção. “Estamos dando uma resposta ao dia 7 de Setembro. Essa avenida foi ocupada pelos bolsonaristas e nós resolvemos dobrar a aposta. E a cada vez que o Bolsonaro nos ameaçar, nós vamos dobrar a aposta. Vamos dobrar a aposta na democracia”, defendeu o ex-prefeito de São Paulo.

Em outras cidades, as manifestações surpreenderam até mesmo políticos experientes, pelo tamanho e pelo peso da adesão massiva. “Está é, sem dúvida, a maior manifestação do Recife pela democracia e contra o presidente Jair Bolsonaro”, afirmou o senador Humberto Costra (PT-PE), um dos expoentes da CPI da Covid, no Senado. “O sentimento de rejeição ao desgoverno só cresce”, constatou, comentando a manifestação realizada na capital pernambucana, marcada pela energia, mas também pela alegria do povo.

No Rio, a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), o povo gritou “fora Bolsonaro” mais uma vez. Ela disse que a população luta “por mais emprego, comida no prato, vacina no braço e a retomada de um país melhor para o povo”. Benedita alertou que o país está sendo entregue na mão de usurpadores e denunciou a PEC 32 que ameaça a destruição do Estado brasileiro, com a chamada reforma administrativa.

Em Brasília, os atos organizados voltaram a reunir milhares de pessoas contra Bolsonaro na Esplanada dos Ministérios. “Estamos na rua para derrubar o desgover-

Adriano Arantes

Mídia Ninja



BELÉM, RECIFE E MACEIÓ, 2 DE OUTUBRO

Estudantes, trabalhadores e militantes do MST protestaram contra o presidente e em favor do emprego, da terra, saúde e educação



no e a inflação. O arroz tá caro. O gás tá caro e a culpa é do Bolsonaro”, denunciou a deputada federal Erika Kokay (PT-DF). “Chega de fome, miséria, inflação, desemprego, destruição ambiental”, afirmou. “Derrotar o fascismo é nossa missão histórica”, completou.

Em Belém, o líder do PT no Senado, acompanhou os protestos. “É a sociedade indo às ruas mostrando a indignação contra o governo”, resumiu. “Bolsonaro negligenciou a vacina contra a Covid-19, usou medicamentos sem eficácia, nada faz para dinamizar a economia, que já tem cerca de 15 milhões de desempregados e 20 milhões na linha da miséria”.

Em Porto Alegre, o líder Elvino Bohn Gass, deputado pelo PT do Rio Grande do Sul, resumiu o estado de ânimo de quem foi às ruas. “Faltam 455 dias para o fim do mandato de Bolsonaro. Mas ele precisa sair antes, por impeachment, porque é mentiroso, incapaz, corrupto e perverso e genocida”, afirmou, por sua vez o líder do PT na Câmara dos Deputados, Elvino Bohn Gass.

O destaque, no entanto, foi mesmo a população, que com suas máscaras de proteção, bandeiras, cartazes e palavras de ordem ocupou a avenida para denunciar o descalabro que se revelou o governo Bolsonaro. “A fome voltou”, “O arroz tá caro, a culpa é do Bolsonaro”, “Amazônia em pé, abaixo Bolsonaro”, “Fuzil não enche bucho” e “Vai para Haia” eram algumas das mensagens, mostrando que o governo Bolsonaro é um fracasso generalizado, da área econômica à social, passando pela segurança pública, saúde e meio ambiente.

Na capital paulista, o ato ocupou dez quadras da avenida Paulista, com a presença de diversos líderes de movimentos e entidades da sociedade civil, como MST, MTST, CMP, Acredito, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo,

Stefano Ffigal/Brasil de Fato



Midia Ninja



Jonas Bon Gani/Midia Ninja



UNE, ABI, Marcha Mundial das Mulheres, União Brasileira de Mulheres, Coalização Negra por Direitos e Direitos Já, além de centrais sindicais, artistas e representantes de comunidades indígenas.

Estiveram presentes ainda líderes como Marcelo Freixo (PSOL), Randolfe Rodrigues (REDE), Orlando Silva (PCdoB), Manuel D'Ávila (PCdoB) e representantes dos partidos Cidadania, DEM,

MDB, PC do B, PDT, PL, Podemos, Solidariedade, PSD, PSB, PSDB, PSL, PSOL, PT, PV, Rede, UP, PCB, PSTU, PCO e Novo.

No exterior, os protestos aconteceram em cidades da Alemanha, Argentina, Canadá, Estados Unidos, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Porto Rico, Portugal, Suíça, Dinamarca, Bélgica, Áustria, Holanda, Irlanda, México e República Tcheca. •



“NADA ESTÁ TÃO RUIM QUE NÃO POSSA PIORAR”

Na solenidade dos 1 mil dias do governo, Bolsonaro ignora os 597.749 mortos pela Covid, admite que não tem qualquer controle ou ideia sobre o que fazer diante da disparada do dólar e da volta da inflação. A economia avança para o pior dos mundos

Era para ser um evento no Palácio do Planalto cheio de pompa e circunstâncias diante da passagem do tempo de Jair Bolsonaro na Presidência da República. Já são 1.000 dias do governo. Mas nem o próprio presidente se deu ao trabalho de comemorar. É que não há nada a comemorar. Diante dos 597.749 mortos, dos 14 milhões de desempregados, da inflação descontrolada e do aumento da desigualdade, o próprio Bolsonaro admitiu o fracasso.

“Nada está tão ruim que não possa piorar”, disse o boquirroto numa tentativa de justificar a alta da inflação e do dólar. “Não

é maldade da nossa parte, é uma realidade”, disse. Era uma tentativa tosca de esquivar-se da responsabilidade pelo desastre da economia, conduzida pelo ministro Paulo Guedes. O fracasso realmente subiu à cabeça de ambos.

“Hoje estive com o ministro Bento [Albuquerque, das Minas e Energia], conversando sobre a nossa Petrobrás, o que podemos fazer para melhorar, diminuir o preço na ponta da linha. Onde está a responsabilidade?”, indagou o presidente e dublê de paraquedista. “Eu usei muito nos últimos dias uma outra passagem bíblica: por falta de conhecimento meu povo pereceu. Nós temos que ter conhecimento do que

está acontecendo antes de culpar quem quer que seja”.

No dia seguinte à solenidade no Planalto, a Petrobrás anunciou. Depois de 85 dias sem realizar ajustes nos preços dos combustíveis, a estatal confirmou um aumento de 8,89% no preço médio de venda do diesel para as distribuidoras. O aumento das tarifas passou a valer 24 horas depois. Daí a disparada da inflação, que Bolsonaro não consegue explicar. É que o aumento da carestia está diretamente ligado à dolarização dos preços dos combustíveis, com aumentos sucessivos que impactam os preços de alimentos, serviços e toda cadeia produtiva.

O QUE ESTÁ ACONTECENDO AO PAÍS DESDE 1º DE JANEIRO DE 2019



MORTE E DESTRUIÇÃO NO BRASIL

UM PRESIDENTE A FAVOR DO VÍRUS

Desde o início da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro age em favor da disseminação do vírus e contra medidas de enfrentamento da pandemia.

Recusa o uso da máscara e estimula aglomerações.

Incentiva o uso de medicamentos sem eficácia comprovada, o mais "famoso" dos quais é a cloroquina.

Tensão permanente contra governadores e prefeitos, pelas medidas de isolamento acertadamente adotadas.

Disseminação de informações falsas e distorcidas sobre a Covid

Jamais se preocupou com uma estratégia consistente para imunização da população.

Atrasou a compra de vacinas e colocou os contratos do Ministério da Saúde sob suspeita de esquemas de corrupção.

Resultado: 597.749 mortos.

BOLSA FAMÍLIA ENFRAQUECIDO

Os benefícios do Bolsa Família estão sem reajuste desde junho de 2016, quando foi concedido corrigido por Dilma Rousseff.

O 13º para os beneficiários, prometido por Bolsonaro na campanha, só foi pago ao final de 2019, às custas de quase 1 milhão de famílias que ficaram na fila, enquanto o governo fazia caixa. A promessa foi um abono pago apenas uma vez.

Agora, há 2,2 milhões de famílias na fila do Bolsa Família. CadÚnico paralisado, agonizando, em decorrência do desmonte da rede de assistência social, que já perdeu 67% dos seus recursos, com forte corte de pessoal.

Com o Auxílio Brasil, Bolsonaro desmonta o Bolsa Família e, ao mesmo tempo, deixa sem proteção 22 milhões de pessoas que estavam recebendo o Auxílio Emergencial.

EXPLOSÃO DO DESEMPREGO

Com a agenda econômica de Paulo Guedes e Bolsonaro, mais de 40 milhões de brasileiros estão vivendo hoje sem empregos regulares, em situação de precarização total.

Em junho de 2021, havia 14,4 milhões de pessoas desocupadas. Comparado com 2014 – no governo Dilma, quando o país tinha 6,7 milhões de pessoas desempregadas, o crescimento foi de inacreditáveis 115%.

A taxa de subutilização da força de trabalho cresceu também. Em junho de 2021, alcançou o patamar de 28,6%. São 32,2 milhões de pessoas. Em 2014, estava em 15,8%, o menor índice já registrado.

O contingente em desalento chegou a 5,58 milhões em junho de 2021, praticamente o triplo do que o país tinha em 2015 – 1,96 milhão de pessoas.

SALÁRIO MÍNIMO DESATUALIZADO

Bolsonaro decidiu não revalorizar a lei de valorização do salário mínimo, instituída por Lula em 2003, acabando com os aumentos reais. Em 2020 e 2021, o governo autorizou apenas a correção pela inflação.



INVESTIMENTO BAIXO EM SAÚDE

O teto dos gastos (EC 95/2016) congelou investimentos em saúde, resultando na ampliação do subfinanciamento do SUS, tarefa executada pelos governos Temer e Bolsonaro.

No curto espaço de cinco anos, houve a redução de 4% no valor real do gasto per capita com saúde, que passou de R\$ 611 em 2015 para apenas R\$ 588 em 2021.

Pior. O governo não fez a previsão de recursos para a continuidade do enfrentamento à Covid-19. R\$ 35,8 bilhões de reais alocados em 2020 no Orçamento do SUS desapareceram em 2021. Para 2022, a volta da aplicação do teto de gastos implicará em menos de R\$ 4 bilhões para a vacinação contra a Covid.

FIM DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

O governo de Michel Temer atrasou salários de profissionais da área de saúde, retirou o caráter de despesa obrigatória do programa Mais Médico e reduziu sua cobertura em 15%.

O golpe mortal no programa foi desferido por Bolsonaro. Em agosto de 2019, o governo instituiu o Médicos pelo Brasil, mais jamais conseguiu devolver ao programa a dimensão que teve no governo Dilma Rousseff.

Ao final de 2019, havia 14.490 médicos atuando em 3.626 cidades. Em 2020, eram 16.600 profissionais, em 3.821 municípios.

Nos dois casos, a cobertura é inferior à existente antes do Golpe de 2016, quando o país tinha 18.240 profissionais em 4.058 municípios.

SEM REMÉDIO PARA OS POBRES

O orçamento do Programa Farmácia Popular, criado pelo governo Lula, vem sendo reduzido continuamente, afetando capilaridade e cobertura.

Em 2015, havia 34.625 farmácias conveniadas no *Aqui tem Farmácia Popular*, em 4.566 municípios. Em 2019, eram 31.055 unidades em 4.329 cidades.

A redução do público também impressiona. Em 2019, mais de 19,1 milhões de pessoas retiraram medicamentos gratuitos, uma redução de 37% no total de pessoas beneficiadas em relação a 2015.

Em 2020, segundo dados obtidos pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o número de beneficiados teria decrescido em mais 1,2 milhão de pessoas.

GUERRA CONTRA A CULTURA NACIONAL

Houve um corte brutal no orçamento da cultura, que perdeu 80% em relação a 2015. O orçamento para 2021 é do mesmo tamanho do último ano do governo FHC. Um retrocesso de vinte anos. O ataque à liberdade artística e o uso ideológico das políticas culturais tem sido a regra no governo Bolsonaro.

SUCATEAMENTO DAS UNIVERSIDADES

Governo vem reduzindo desde 2019 recursos para financiamento das universidades e institutos federais. As despesas de custeio caíram 39% em termos reais entre 2014 e a lei orçamentária de 2021. Os investimentos previstos correspondem a 4% do que se investia em 2014.

A situação dos institutos federais de educação tecnológica é crítica também. O dinheiro para custeio caiu 31% e os investimentos em 2021 corresponderão a um percentual ínfimo do que ocorria no governo Dilma: apenas 1,4% do investimento realizado há sete anos. Não há precedentes para este nível de sucateamento do ensino superior.

EXCLUSÃO DE POBRES DO MCMV

Do total de moradias contratadas para as famílias mais vulneráveis entre 2009 e 2020, 91% foram nos governos do PT. Temer reduziu os recursos do Orçamento destinados ao programa Minha Casa Minha Vida. E Bolsonaro praticamente zerou as contratações para as faixas de menor renda.

Em 2020, o governo federal lançou o programa Casa Verde Amarela que, na prática, extingue o MCMV ao passar a operar basicamente com o subsídio do FGTS.

SEM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

No Plano Plurianual 2020-2023, elaborado já pelo governo Bolsonaro, inexistente qualquer menção à população negra, quilombola ou ao racismo.

O Programa de Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo foi extinto e não há mais ação orçamentária federal ou programa que organize as políticas de igualdade racial.

A Fundação Cultural Palmares

nega a existência do racismo e age de forma arbitrária e autoritária nas decisões. Houve demissão de gestores que alegam ingerência. O orçamento do órgão caiu desde o golpe e, em 2021, é 43% menor que o de 2016.

Outro dado relevante que mostra o desprezo do governo: o número de territórios quilombolas certificados chegou, em 2020, ao menor patamar desde 2004.

DESMONTE PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Não foi demarcada pelo governo Bolsonaro nenhum centímetro de terra indígena.

Pior, o governo incentiva e estimula que o Congresso permita o garimpo em terras indígenas, devastando áreas que deveriam ser protegidas. Além disso, cortou recursos da Funai.

Em relação a quilombolas, foram abertos 16 processos de titulação em 2019. Entre janeiro e maio de 2020, apenas um.

No governo Lula, foram 148 processos abertos a cada ano pelo Incra, entre 2004 e 2009.

DESTRUIÇÃO DA CIÊNCIA NACIONAL

Investimentos nos piores patamares das últimas décadas. Em 2020, R\$ 3,6 bilhões em termos reais. Isso equivale a 52% do orçamento de 2015 e é um terço do de 2013. Em 2021: R\$ 2,7 bilhões, o mais baixa da série histórica.

SEM PROGRAMA DE CISTERNAS

A demanda é de 1,3 milhão de famílias sem acesso regular à água. Apesar disso, o programa está sendo desmontado.

Em 2019, foram entregues 32 mil cisternas. Em 2020, 8 mil.

AGRICULTURA FAMILIAR FOI DESMANCHADA

Em 2021, o orçamento federal para a agricultura familiar previsto é 59% menor que 2015. Queda no número de agricultores familiares atendidos. Em 2012, eram 184 mil. Caiu para 80 mil em 2016 e, em 2020, eram apenas 40 mil.

LIBERAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Em 16 anos, de 2000 a 2015, foram liberados 1.954 novos registros de agrotóxicos. Entre 2016 e 2021, foram liberados 2.170 produtos – 60% em 2 anos e 4 meses do governo Bolsonaro.

MISOGINIA E FIM DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Bolsonaro promoveu retrocesso na relação entre o Estado e as mulheres. Rebaixou o ministério encarregado das políticas para as mulheres a mera secretaria.

Em 2019, os programas para as mulheres tiveram orçamento de apenas R\$ 49 milhões, 36% do total executado no último ano do governo Dilma. A partir de 2020, não houve mais recursos. Nem mesmo existe um orçamento específico para política para mulheres.

O Ligue 180, canal para recebimento de denúncias de violência contra as mulheres, foi extinto por Bolsonaro.

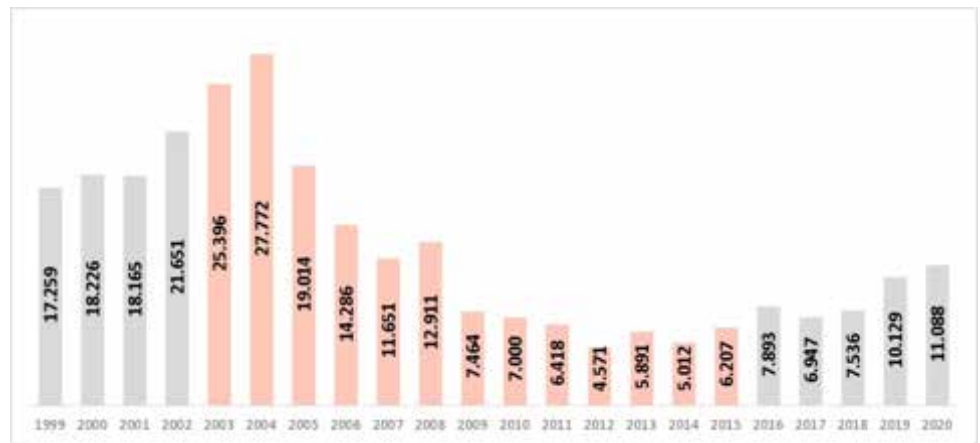
DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

Em 2020, o desmatamento alcançou a taxa de 11,1 mil km², a maior taxa dos últimos 11 anos.

Os dados dos sete primeiros meses apontam um quadro grave em 2021, com um aumento de cerca de 6% em relação ao mesmo período de 2020.

Taxa de desmatamento anual na Amazônia

Dados do Prodes/INPE/MCTI em km²



PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO PAÍS

A Lei 14.026/2020, encaminhada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional, promove a grande ruptura na área de saneamento. Cria as condições para que, independentemente da vontade do titular dos serviços e dos prestadores estatais, a presença do setor privado no saneamento seja praticamente obrigatória.

Há três ações diretas de inconstitucionalidade contra a lei, que acabou criando um ambiente de instabilidade jurídica para o setor, que inibirá ainda mais novos investimentos.

APAGÃO ELÉTRICO

O governo apostou que a situação hidrológica iria melhorar e não poupou os reservatórios. A aposta deu errado. O governo se nega a reconhecer a gravidade da crise. Houve falhas no processo de gestão, monitoramento e investimento.

Mudanças regulatórias no mercado de gás natural e a saída da Petrobrás do segmento de gás e gasodutos deixaram a situação ainda mais vulnerável. Daí que há risco de apagão e racionamento.

No cenário mais pessimista, segundo o ONS, os reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste chegam em novembro com nível de apenas 8%, nível crítico de armazenamento. Nesse caso haverá déficit de energia.

No cenário mais otimista, segundo o ONS, haverá mais despacho de térmicas e a importação de energia da Argentina e do Uruguai chegando em novembro com nível de 11,3%. Nesse caso não haverá déficit de energia, mas o sistema vai funcionar no fio da navalha.

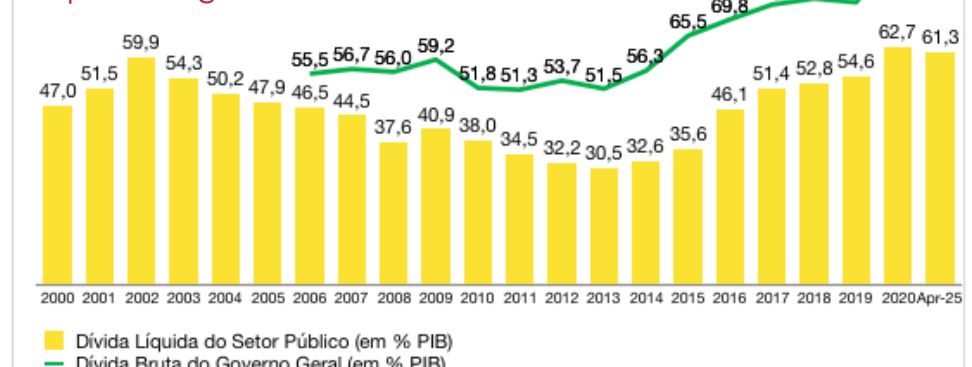
O resultado é o choque tarifário. A conta de luz está mais cara. No final de junho, reajuste de 52%. Em agosto, mais 49,6%.

DÉFICIT FISCAL E DÍVIDA CRESCENTE

O Brasil continua registrando déficit primário, cinco anos depois do golpe. A dívida pública continua crescendo, voltando a patamares anteriores ao do período do PT.

Evolução da Dívida Pública e Líquida

Em porcentagem do PIB



Fonte: Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional.

O DESMONTE CRIMINOSO E DESTRUTIVO DA PETROBRÁS

A Petrobrás caminha para ser uma empresa enxuta de exploração e produção do pré-sal apenas na costa do eixo RJ-SP, por conta da política entreguista e anti-nacional, que lesa a soberania brasileira.

Até 2020, foram vendidos ativos nos seguintes segmentos:

- Gás e logística (Gaspetro, NTS e TAG)

- Distribuição (BR e Liquigás)
- Renováveis (PBio, BSBios, Guarani, Eólicas de Mangue Seco 1, 2, 3 e 4)

- Termelétricas (térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, Bahia 1, Arembepe e Muricy), petroquímica (Suape e Braskem), fertilizantes (Fafen-BA, Fafen-SE, Araucária Nitrogenados e UFN-III)

- Campos de terra e águas rasas

na área de exploração e produção.

- Campos na Bacia de Campos estão sendo privatizados.

Entre 2016 e 2020, a Petrobras vendeu ativos por US\$ 3,7 bilhões. Em 2021, há previsão de US\$ 2,7 bilhões em desinvestimentos – privatização e entrega de controle acionário – além da venda de 8 das 13 refinarias da companhia.



ALTA DOS COMBUSTÍVEIS

Desde o Golpe de 2016, a Petrobrás adotou a política de Preço de Paridade Internacional, que reajusta diesel, gasolina e gás com base no preço internacional do petróleo e na cotação do dólar. Quem paga a conta são os consumidores.

Entre 2019 e 2021, 94 alterações no preço do diesel e 107 alterações na gasolina. A alta acumulada do diesel é de 23,5%. Da gasolina, 51%. E do gás de cozinha, 85,4%. O litro da gasolina ultrapassou a marca de R\$ 7 e o botijão de gás, R\$ 100.



DESPREZO PELO INVESTIMENTO PÚBLICO

O PAC foi abandonado. O investimento público em 2020 foi de apenas 40% do realizado em 2014. Em 2019, as empresas públicas federais investiram R\$ 60,2 bilhões – menos da metade do pico alcançado em 2013.



PÁRIA DIANTE DO MUNDO

Como no clássico de García Márquez, o declínio inevitável do Brasil na comunidade internacional vem se consolidando. É a crônica da morte anunciada da política externa de Jair Bolsonaro

Hussein Kalout

Jair Bolsonaro será lembrado não apenas como o pior presidente da história do Brasil, mas também o responsável por uma política exterior desastrosa que isolou o Brasil internacionalmente e lançou o país na irrelevância nos mais variados tabuleiros geopolíticos do sistema internacional.

Desde a vitória bolsonarista na eleição presidencial de 2018, apesar das desconfianças e da perplexidade com a heterodoxia da nova orientação da “política exterior” do país, muito pagaram para ver. Políticos, diplomatas, militares, acadêmicos e empresários imaginaram que a realidade iria servir como barreira natural de contenção para as aventuras inconsequentes que se insinuavam desde a campanha. A esperança era a de que o pragmatismo acabaria



predominando sobre a ideologia e a frívola proposta de política externa que foi apresentada à Nação quase como um rodapé no programa do então candidato.

O que se colocou em marcha, contudo, foi um festival de rupturas paradigmáticas nos cânones

da política externa e, conseqüentemente, a tentativa de fundar um novo corolário doutrinário para expressar o interesse nacional sob uma visão peculiar e sectária do trinômio de liberdade, democracia e nacionalismo. Tudo para combater os males fantasmagóricos que ameaçam o Brasil: o comunismo, o globalismo, o politicamente correto. Uma revolução ideológica desvairada e amparada em puro revisionismo histórico de pós-verdade tomava conta das relações internacionais do país.

Como no clássico de García Márquez, o declínio inevitável do Brasil

nas relações internacionais vem se consolidando a cada dia. A crônica de uma morte anunciada, no caso, foi a crônica da morte da política exterior do país. Diferentemente do realismo mágico da prosa magistral de Gabo, porém, o que assistimos foi ao surrealismo aplicado à realidade, com uma anti-diplomacia capturada por visão sectária e operada em nível de rudeza e irracionalidade sem precedente. Em contraste com a ficção, a “obra” da política vigente não diverte nem maravilha, mas constrange e envergonha, não sem causar elevados prejuízos ao interesse nacional nos mais variados tabuleiros da diplomacia. Em queda livre, dia após dia, o Brasil foi se tornando espécie de “rejeitado” universal.

O “novo corolário doutrinário” das relações exteriores sob Bolsonaro trazia consigo um equívoco estrutural de concepção: desprezar na largada os tabuleiros de fácil e imediata maximização dos interesses nacionais em troca da projeção de hi-

potéticas vitórias em tabuleiros mais volúveis e de alta complexidade - e isso, obviamente, sem os necessários recursos que delimitam o poder real de dissuasão de um país.

O alinhamento incondicional com os Estados Unidos de Trump, vendido como um reencontro do Brasil com seus "verdadeiros valores", afastou o Brasil de sua tradicional independência, pragmatismo e equilíbrio na defesa do interesse de Estado nas relações internacionais. O presidente tornou-se refém da opção que construiu para o seu governo e para o Estado brasileiro: a dependência do governo Trump, a quem se terceirizou a formulação de nossas posições em diversos temas na ONU, na OMC, na OEA e até no BID, onde a sabujice alcançou seu ápice.

A visão estratégica predominante impedia o Brasil de enxergar o interesse nacional para além da subserviência ao ex-inquilino da Casa Branca. Concessão atrás de concessão, o país aniquilava sua capacidade negociadora e a sua própria importância na arena internacional. O governo Bolsonaro, ao fim, não obteve nenhuma concessão estratégica minimamente significativa do governo Trump, salvos algumas migalhas "para brasileiro ver".

Diante de uma grave crise global e nacional de saúde pública e dependentes de insumos médicos e hospitalares da China, o governo Bolsonaro aviltava irresponsavelmente o principal parceiro comercial do país. O núcleo ideológico do governo não conseguia esconder uma visão xenófoba ao sublinhar que a doença seria uma invenção chinesa para dominar o mundo. Esqueceu-se que sem o escoamento da produção para a China a situação econômica do povo brasileiro seria impactada em matéria de ingresso de capitais, empregos e renda, e, tudo isso, em uma hora que dependíamos de toda a ajuda possível para combater uma pandemia viral e impedir o declínio total da economia brasileira. Dito de outro modo, para agradar a base

ideologizada, às favas o interesse real e os empregos brasileiros.

Como potência ambiental e agrícola, o governo Bolsonaro enfraqueceu os dois vetores de força que dão impulsão e tração ao Brasil no mundo. Desde a Eco-92, no Rio, nos tornamos bem-sucedidos em conjugar esses dois importantes instrumentos, ganhando mercados e liderando importantes discussões da agenda internacional sobre o desenvolvimento sustentável. O país se tornou um ator incontornável em ambos os segmentos - ganhando escala no comércio global e participando com ator influente no tema ambiental.

A errática política ambiental do governo culminou em perda de negócios, fuga de investimentos, declínio de renda e desemprego. Vale enfatizar que o Brasil tem o menor custo de transição para a economia de baixo carbono no mundo. Bolsonaro e seu governo não compreenderam que é até antieconômico não proteger a biodiversidade. Ao invés do Brasil liderar a discussão sobre a preservação e proteção da Amazônia, por exemplo, o país passou a ser liderado por outrem.

O que os "revolucionários" do bolsolavismo não percebem é que várias dessas mudanças - seja a postura de vilão em matéria de clima, os votos contra saúde sexual e reprodutiva das mulheres na ONU, a confusão entre Estado e religião pintada como defesa da liberdade religiosa - apequenam o Brasil e comprometem sua capacidade de defender interesses reais.

Nos mais de 70 anos em que o Brasil tem a honra de abrir o debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, jamais um mandatário brasileiro usou a tribuna com tamanha truculência, distribuindo bordoadas aos supostos responsáveis pelos males do país e do mundo. O primeiro discurso dessa melancólica série simplesmente chocou o planeta! Era a apresentação de um Brasil irreconhecível. De Cuba à França, dos ambientalistas aos indigenistas, da própria ONU e seus órgãos

à imprensa nacional e mundial, não sobrou ninguém fora do raio de ataque da série de discursos do presidente brasileiro. Todas as mazelas do povo brasileiro eram resumidas como produto da manipulação da esquerda via governos globalistas, das instituições multilaterais, da mídia e da dominação cultural. O Brasil, a partir dessa abordagem, iniciava o seu embarque rumo ao isolamento internacional.

Quando se vive no mundo da fantasia, perde-se a capacidade de avaliar onde estão nossos reais interesses. Apesar da troca de chanceler, a política externa segue sendo precisamente a mesma. De Ernesto Araújo a Carlos França, percebe-se que os ajustes na narrativa são pontuais e limitados a ensaios sem preponderância mais profunda, do que a reais transformações.

Karl Marx dizia que "A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa". Devolver à diplomacia brasileira o mínimo de austeridade e de sobriedade somente será alcançável a partir de 2023 - sem Bolsonaro no cume da República. O rastilho de destruição deixado pelo governo Bolsonaro nas relações internacionais acaba de ser retratado pelo recente gesto da "diplomacia da arminha" do ministro do exterior, constituindo retrato mais fiel dos 1000 dias deste governo.

Aliás, o alerta disparado por alguns senadores americanos, em recente missiva à Casa Branca, indica que qualquer movimento do presidente e sua seita em direção a um golpe autoritário deixará o Brasil nu, sem reconhecimento e nem legitimidade. A péssima imagem do governo Bolsonaro junto à governos estrangeiros, fundos internacionais de investimentos, imprensa, organismos multilaterais e organizações de direitos civis é, simplesmente, irreversível. •

Cientista político, é professor de de Relações Internacionais e pesquisador da Universidade Harvard (EUA). Foi secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

PREGANDO AOS CONVERTIDOS

Bolsonaro mantém a máquina de fake news ligada, apesar da queda da popularidade digital. A situação é delicada, porque o bolsonarismo mantém a lógica de 2018, fazendo comunicação de nicho: prega para a base radical da ultra-direita

Bia Abramo

O presidente Jair Bolsonaro faz política pelas redes, como sabemos desde a campanha eleitoral de 2018. Avesso à imprensa, sua agressividade com jornalistas está fartamente documentada e já chama a atenção de organizações sindicais de jornalistas e até de organismos internacionais de direitos humanos.

O “gabinete do ódio” não apenas atua nas redes sociais mais conhecidas, como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e as duas mais importantes de mensagem direta – Whatsapp e Telegram –, como prospecta e ocupa qualquer nova rede social. Ágeis para disseminar “as verdades” sobre o “mito” que não vêem nos meios de comunicação de massa – todos, segundo eles, dominadas pelo “comunismo”, mesmo aqueles francamente

conservadores –, os bolsonaristas fazem comunicação de nicho: pregam para convertidos, fidelizam seu núcleo duro e mais radical.

A semana em que o governo federal tentou comemorar seus 1000 dias de Jair Bolsonaro na Presidência – com o presidente vaia-do na tentativa de discursar em Belo Horizonte – foi aberta com uma capa de revista de grande circulação nacional com um presidente amansado, pose de estadista, e as seguintes aspas: “A chance de um golpe é zero”. Ele terminou a semana com mais uma frase lapidar no cercadinho do Alvorada: “Quando invadirem tua casa, tu dá tiro de feijão nele”. A blague é uma referência às críticas ao seu armamentismo e à obsessão familiar de aparecer nas redes sociais empunhando revólveres.

Depois do anticlímax do 7 de Setembro, quando Bolsonaro, mais uma vez incitou seus seguidores e acólitos a ir às ruas para

“derrubar o STF” e, logo em seguida recuou, com a divulgação de uma carta, escrita em parceria com o golpista Michel Temer, na qual tenta amenizar o tom contra o Judiciário, o Índice de Popularidade Digital, medido pela consultoria Quaest, mostra uma queda em V. Se as manifestações do Dia da Independência fizeram Bolsonaro chegar ao seu segundo melhor patamar desde o início do ano, com 81,8 pontos, logo em seguida, três dias depois, no em 10 de setembro, caía a 37,1, a pior marca de Bolsonaro em 2021.

Para entender queda de popularidade que marcou o mês de setembro, Focus Brasil conversou com o consultor de redes sociais Pedro Barciela. Ele faz monitoramento quantitativo e qualitativo de redes desde 2014. O especialista avalia que o bolsonarismo nas redes está em queda constante desde um período que define como “o meio da pandemia e o

início da CPI da pandemia”.

Entre o Feriado da Independência e a semana posterior, eis a análise de Barciela: “O que existiu foi uma inflamação da base bolsonarista no período anterior ao 7 de Setembro. E, como se esperava-se um clímax que não houve, o que aconteceu foi um arrefecimento normal. Não tem como manter a temperatura naquele grau pré-7 de Setembro. O bolsonarismo não vive do clímax, ele vive do flow, dessa constante incitação de tensão do debate político... Por isso, acredito que não existiu esse crescimento da popularidade ou de qualquer avaliação positiva do Bolsonaro no período anterior ao 7 de setembro”.

Se o bolsonarismo está em baixa, como também já indicam as pesquisas eleitorais, como a extrema-direita vai se manter no jogo político até as eleições do ano que vem?

“O bolsonarismo tem muitos paralelos, muita correlação do que aconteceu com o Trump nos EUA. O trumpismo teve dois problemas: um, Trump perdeu a eleição. Outro, é que Trump não conseguiu fazer o que tentou com os EUA. Caso o bolsonarismo continue se guiando pelo que foi lá, está fadado ao fracasso. Por mais que tentem, estão tendo dificuldade muito grande porque perderam a capacidade de ditar – e olha que é um presidente da República, não é qualquer figura – a todo momento o que será o debate nas redes”, aponta o consultor.

Barciela prossegue: “O bolsonarismo tenta se fechar para dentro de si, no seu núcleo duro. Desde a eleição em 2018, vai rompendo com atores que já fizeram parte do grupo de aliados... O problema disso, pensando no período eleitoral, é que eles estão lascados, perdidos para compor no momento em que vão precisar falar com a maioria da população. Quando o bolsonarismo se fecha

dentro de uma base muito sólida, mas que se limita ali no máximo a 25% das redes sociais, que é o tamanho desse núcleo duro do bolsonarismo, ainda que se proteja, terá uma dificuldade enorme de dialogar com outros agrupamentos para tentar impor a narrativa a que se propõem”.

A série de polêmicas criadas pelas revelações da CPI da Covid e que produzem manchetes dos grandes portais de notícia e a escalada dos telejornais – na semana que passou, a sequência de depoimentos da advogada Bru-

BARCIELA: “O BOLSONARISMO NÃO VIVE DO CLÍMAX, ELE VIVE DO FLOW, DESSA CONSTANTE INCITAÇÃO DE TENSÃO DO DEBATE POLÍTICO”

na Morato e do empresário Otávio Fakhoury foi especialmente quente de frases e gestos. Ou seja, na grande imprensa, erodem a imagem de Jair Bolsonaro e de vários de seus ministros e apoiadores no Legislativo.

Pergunto a Barciela, se e como a crise econômica tem aparecido nas análises que faz das redes: “Vou usar o exemplo da questão do combustível e do ICMS. Quando tentam impor que são os governadores são responsáveis pelo

aumento porque o ICMS é um imposto estadual, essa tentativa de diálogo já vem de um agrupamento extremamente enviesado. E as pessoas já tem essa repulsa ao bolsonarismo hoje em dia. Ou seja, acabam não comprando. Se tiver uma fazenda de robôs, com 50 mil bots falando sobre os benefícios do pepino no interior do Amazonas, posso gastar milhões de reais e não vai nunca uma pauta nacional o benefício do pepino no interior do Amazonas. Eles necessitam que a versão deles seja incorporada por outros agrupamentos, por outros atores. Em outros momentos, tinham talvez o antipetismo como liga para fazer. Hoje, não têm mais”.

Faltam três para o país entrar no ano eleitoral e Bolsonaro será candidato. Para quais redes ou plataformas é preciso dirigir o olhar para entender a estratégia da extrema-direita? Segundo Barciela, a criação ou a migração do bolsonarismo para novas plataformas não é algo preocupante.

“Eles vão se isolar em guetos próprios, a partir dos quais vão ter cada vez mais dificuldade de dialogar com outras pessoas. Eu me interessaria, e acho que a Justiça tem de ir atrás de quem patrocina, de quem paga, de quem coloca dinheiro”, aponta. “A gente teve uma falácia em 2018, que perdurou durante muitos meses, que tudo era orgânico, que tudo teria sido feito sem financiamento de campanha... Esse discurso foi encampado por grande parte da imprensa. E isso era perverso demais. Vejam que o empresário Fakhoury, em seu depoimento à CPI, confessou doações. Foram 12 portais bolsonaristas para os quais ele doava R\$ 200 mil aqui, R\$ 150 mil ali.... Isso não tem nada de orgânico, não tem esse caráter amador que eles querem fazer acreditar. Tem alguém que financia, então se puxar vem”. •



Domingos Peixoto/Agência Globo

CAMINHÃO DE OSSOS No bairro da Glória, no Rio de Janeiro, as pessoas disputam restos de ossos e pelancas

RETRATO DA FOME NO BRASIL

No Brasil de Bolsonaro, um flagrante do flagelo imposto ao povo brasileiro. No Rio, pessoas disputam restos de carne em “caminhão de ossos”. Indignado, Lula reage: “A fome não é um fenômeno da natureza. É falta de vergonha na cara de quem governa esse país”

Um flagrante vergonhoso foi capturada na semana que passou na capa do jornal Extra, com a impressionante foto de pessoas disputando restos de carne em um “caminhão de ossos” no Rio de Janeiro. É a volta da fome no Brasil de Jair Bolsonaro. O aprofundamento da crise econômica e social que o país enfrenta está forçando cada vez mais parcelas mais vulneráveis da população brasileira a recorrer até a itens

rejeitados para se alimentar. O caminhão com restos de carne e ossos circula no bairro da Glória, na capital fluminense, e virou ponto de distribuição para moradores que têm fome e não possuem dinheiro suficiente para comprar alimento.

Na quarta-feira, 30, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva responsabilizou diretamente o ex-capitão do Exército que ocupa o Palácio do Planalto pela vexaminosa cena em que pobres disputam restos de ossos e pe-

lanca para se alimentar. “A fome não é um fenômeno da natureza: é falta de vergonha na cara de quem governa esse país”, lembrou Lula, em entrevista à Rádio Capital, de Cuiabá (MT).

Lula lamentou que, depois do Golpe de 2016, que afastou Dilma Rousseff da Presidência por um impeachment fraudulento, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, justamente porque o povo não pode contar com o governo. De um lado, não há planejamento estratégico e



Ricardo Stuckert

CRÍTICA Lula não poupa o governo pela volta da fome: “falta de vergonha”

econômico na gestão da enorme produção de alimentos garantida pelo setor agropecuário. De outro, há o desmonte de programas sociais que mudaram o cenário da desigualdade no país. O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014, no último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

“Uma das coisas que eu tenho mais orgulho é de saber que a ONU reconheceu que os programas sociais que a gente tinha colocado em prática tinham tido resultado extraordinário e riscou o Brasil do mapa da fome”, lembrou. A estratégia para isso naquele momento e terá de ser novamente, é entender que “pobre não é problema, é solução”. “O milagre que a gente fez no Brasil foi colocar o pobre no orçamento”, resumiu o ex-presidente.

Levantamento da Rede Brasileira de Pesquisas em Segurança

Alimentar e Nutricional informa que mais de 116,8 milhões de pessoas vivem atualmente sem acesso pleno e permanente a alimentos. Dessas, 19,1 milhões (9% da população) passam fome, vivendo “quadro de insegurança alimentar grave”. Os números revelam um aumento de 54% no número de pessoas que sofrem com a escassez de alimentos se comparado a 2018. Mas naquele mesmo ano, ainda no governo Temer, foi justamente quando o Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU.

O relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontou que 23,5% da população brasileira, entre 2018 e 2020, deixou de comer por falta de dinheiro ou precisou reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos. Os resultados evidenciam que, em 2020,

a fome no Brasil retornou aos patamares de 2004. “É um retrocesso brutal o que estamos assistindo no Brasil”, denuncia Lula.

Quando assumiu o primeiro mandato, em 2003, Lula deixou claro, logo nos primeiros dias de governo, qual era o objetivo: combater a miséria no país, promover a inclusão social e garantir que todos os brasileiros fizessem três refeições por dia. Graças às políticas públicas revolucionárias de transferência e distribuição de renda, como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, os governos Lula e Dilma retiraram 36 milhões de pessoas da miséria.

Apenas entre 2003 e 2010, 32 milhões de brasileiros saíram da pobreza e entraram na classe média. No ano de 2008, pela primeira vez, a maior parte da população pertencia à classe C, graças à diminuição das classes D e E. O aumento no emprego, no salário mínimo e a oferta de crédito foram fundamentais para que a economia entrasse em um ciclo de expansão e impulsionasse a renda das famílias.

Entre 2002 e 2015, o rendimento cresceu para todos as classes sociais: a renda dos 20% mais ricos aumentou 23% nesse período, enquanto a dos 20% mais pobres superou os 80% de incremento. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social no país, atingiu o mais baixo índice da história em 2015, quando chegou a 0,49. Quanto mais baixo o índice, menos desigual é o país.

Em 2002, 44% da população pertencia à classe C – composta por pessoas com renda familiar mensal de 2,5 a 11 salários mínimos. Oito anos depois, ela correspondia a 52% dos brasileiros, enquanto a classe E encolhia de 30,5% para 18,5%. No topo da pirâmide, as classes A e B passariam de 13% para 15,5%.•

NOVA VITÓRIA NA JUSTIÇA FEDERAL

Na quarta-feira, 29, a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva obteve sua vigésima vitória na Justiça. A 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal voltou a rejeitar, por falta de provas, a ratificação de denúncia contra Lula no chamado "caso do sítio de Atibaia". As sucessivas vitórias de Lula na Justiça desnudam o lawfare, a perseguição judicial, com a utilização das leis como arma política, de que o ex-presidente foi vítima.

A juíza Pollyanna Kelly Maciel voltou a negar pedido de reabertura do caso, uma vez que o Ministério Público Federal não apresentou nenhuma prova válida. As supostas provas apresentadas pelo MPF são as mesmas fabricadas pela Lava Jato de Curitiba e consideradas nulas pelo Supremo Tribunal Federal.

"Por estar embaçada nas provas tornadas nulas pelo STF, a denúncia originária não poderia ser ratificada de modo genérico e irrestrito, portanto", diz a juíza em sua sentença. "Repito, a denúncia não poderia ser recebida e nessa condição permanece pois não foram indicadas quais as provas válidas que dão sustento à acusação".

A Justiça reitera mais uma vez que a Lava Jato nunca teve provas contra Lula. O ex-presidente permaneceu preso injustamente por 580 dias, por não aceitar trocar sua dignidade por sua liberdade. "A verdade venceu", disse o advogado de defesa de Lula, Cristiano Zanin. A decisão também entendeu que o prazo das supostas denúncias está prescrito. •

Intervista all'ex presidente

Lula "Dal Brasile all'Italia la sinistra ha bisogno di ritrovare il suo coraggio"



Occorre disegnare una nuova società tecnologica, digitale verde, più umana. E un diverso modello economico, produttivo e sostenibile

Critica la accusa Lula Inizio Lula da Silva

di Daniele Mastrogiacomo
Lula, c'è rischio golpe in Brasile?
«In Brasile può accadere di tutto. Dice l'ex presidente fatto agli arresti per corruzione e per ilberio, c'è già stato un golpe nel 1964. E c'è una grande paura di un golpe. La gente è stufa di pagare per un sistema corrotto da altri. E quindi? Intanto bisogna tornare a parlare dei poveri, della loro condizione, dei loro bisogni. Bisogna iniziare loro sforzi e speranze, coinvolgerli nel costrui-

mento del modello di lavoro. Ha aperto il motore dell'economia. Si arrestava chi cercava a chi pagava la tangente. «Sei il loro prova di un'arricchimento al servizio di una élite e di un'élite delle élites. Non di più. Dobbiamo un'alternativa per fermare di ciò la deriva. La gente è stanca di pagare per un sistema corrotto da altri. E quindi? Intanto bisogna tornare a parlare dei poveri, della loro condizione, dei loro bisogni. Bisogna iniziare loro sforzi e speranze, coinvolgerli nel costrui-

to sviluppo e trasparenza imposta nella società che è scapitata il diritto sociale. Il secondo passo è creare uno Stato forte, con capacità di fare investimenti. È il ritorno del pubblico che prevale sul privato. «Non voglio un altro ingovernabile, un altro sistema di indagine. Credo in uno Stato indifferente, che stia agli ordini la strategia economica, un'altra le classi di interesse. Quando esplose la crisi planetaria del 2008, erano le banche pubbliche a finanziare le grandi

opere che creano le condizioni perché si continuasse a produrre, a investire, a generare lavoro. La destra pensa il contrario. «Quando si vede un Paese con un deficit molto alto rispetto al suo Pil non si deve tagliare ma aumentare il Pil. E il Pil si aumenta con un maggior investimento e con una più equa distribuzione della ricchezza. Il governo non è il problema ma la soluzione. Se lui lavora, spende occasionalmente. Conferma la sua candidatura alle elezioni del 2022? «Sono a disposizione per discutere il

prossimo passo della mia candidatura. Il timore è la bisogno di un presidente tecnico, che parli al suo popolo, che agisca con la trasparenza e con il merito? «Parlando di nuove e vecchie persone. Bisogna capire e scegliere il nostro futuro. È una sfida che ci riguarda tutti. Bisogna disegnare una nuova società, tecnologica, digitale, verde, umana. Occorre costruire un nuovo modello economico, produttivo, sostenibile. È la grande scommessa che il mondo si trova davanti».

LULA AO 'LA REPUBBLICA': ESQUERDA TEM CORAGEM

Em entrevista ao jornal italiano, o ex-presidente critica Bolsonaro, a quem chama de corrupto e louco, e defende uma nova sociedade: verde, digital e humana

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua a ser procurado pela imprensa internacional para falar sobre os desafios que o Brasil e o mundo vão enfrentar no pós-pandemia. Ao jornal italiano La Repubblica, Lula defendeu que a esquerda tenha coragem de criar as condições para a formação de um mundo mais justo e menos desigual. "Precisamos desenhar uma nova sociedade tecnológica, digital verde, mais humana. E um modelo econômico, produtivo e sustentável diferente", defende.

Na entrevista Lula duvida da possibilidade de uma ruptura institucional no país, apesar de manter-se preocupado com os ataques de Jair Bolsonaro às instituições democráticas. "Tudo pode acontecer no Brasil", advertiu. "Já houve um golpe em abril de 2016 quando a presidente Dilma Rousseff foi derrubada com um impeachment que não tinha fundamento, nenhuma evidência. Mas se eu tiver que responder sua pergunta, acho que não. Talvez aqueles que

lideram o país hoje tenham dificuldade em deixar o poder, eles se opõem a isso", afirma.

Lula também criticou o discurso do atual mandatário na Assembleia Geral das Nações Unidas. "O Bolsonaro foi à ONU para mentir. Uma fantasia", denuncia. "Ele descreveu um Brasil que só existe na cabeça. Não aquele em que há uma investigação parlamentar sobre corrupção no Ministério da Saúde para o gerenciamento da pandemia, de como e quando as vacinas foram compradas, porque já houve quase 600 mil mortes por Covid", ressaltou.

"Bolsonaro falou em nome de seu público formado por milícias e neofascistas. Ele poderia contar à ONU uma verdade que é vista todos os dias: 15 milhões de desempregados, 30 milhões passando fome", lembrou o ex-presidente. Lula chamou Bolsonaro de louco e corrupto e não poupou também os procuradores da República e o ex-juiz Sérgio Moro que o perseguiram até à prisão injusta e sem provas. •

GOVERNO FABRICA MISÉRIA E FOME

Um presidente que um dia chamou o benefício de “bolsa miséria” não tem compaixão com o povo, mas age para beneficiar sempre os donos do capital e colegas de farda

Elvino Bohn Gass

A máquina de maldades do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro continua a funcionar a todo vapor



contra o povo brasileiro, enquanto os milionários e bilionários enriquecem cada vez mais sem nem se ruborizarem com a miséria e o empobrecimento da população que se alastram por todos os rincões do país. O governo é tão insensível ao sofrimento do povo que acaba de ignorar os 2,3 milhões de pessoas que estão no Cadastro Único pedindo para entrar no Bolsa Família.

O contingente de pessoas à espera de alguma ajuda oficial aumenta por conta da inexistência de uma política econômica que gere empregos e renda. O desprezo a esses 2,3 milhões de pessoas ocorre num momento em que Bolsonaro acena com promessas de pagar R\$ 300 do seu “Auxílio Brasil”. Segundo a imprensa, 844.372 dos pedidos para ingressar no benefício são do Nordeste, 834.564 do Sudeste, 247.885 do Norte, 205.941 do Sul e 138.503 do Centro-Oeste.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), evidencia a dramaticidade da situação. “Não se trata de um número: são milhões de pessoas passando fome”. Exatamente 2.271.265 famílias brasileiras enquadradas nos critérios do Bolsa Família são simplesmente ignoradas pelo governo. Além

de não aceitar os novos pedidos, Bolsonaro cortou 48.116 beneficiários no Nordeste e 13.014 no Norte entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

É o pão do dia a dia sendo sonogado num país em que os grandes

do agronegócio dizem que sua atividade é pop, mas não falam que boa parte de sua produção alimenta porcos no exterior enquanto nosso povo passa fome.

Um presidente que um dia chamou o benefício de “bolsa miséria” não tem compaixão com o povo brasileiro, mas age para beneficiar sempre os donos do capital e colegas de farda, promovidos às dezenas para a patente de marechal.

Sua competência restringe-se à criação de privilégios para alguns poucos e gerar miséria e sofrimento para a imensa maioria da população brasileira. Levantamento do UOL, com dados do CadÚnico, mostra que o governo jogou pelo menos 2 milhões de famílias na extrema pobreza em dois anos e meio de mandato.

Ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo Dilma, Tereza Campello lembra que o PT defende a atualização do valor do Bolsa Família, mas o atual governo, demagogicamente, fala em turbinar o benefício. Só que isso nunca se realiza. O desafio é atualizar o valor congelado.

A grande questão é que em 2014 o país tinha a menor taxa de desemprego da história, tinha saído do Mapa da Fome. Na compa-

ração com o montante pago no último ano do governo Dilma, de R\$ 165,33, o novo benefício comprará os mesmos 47% da cesta básica de alimentos que os beneficiários já conseguiam adquirir em 2016.

Graças ao modelo inaugurado pelo golpista Michel Temer e aprofundado por Bolsonaro, o quadro social e econômico tornou-se gravíssimo. São cerca de 21 milhões de brasileiros desempregados, se for considerado que há 15 milhões sem emprego e outros 6 milhões que sequer procuram por uma vaga laboral pois sabem que não vão encontrar, em razão da política recessiva do atual governo. Há mais de 30 milhões que estão subempregados.

Nesse cenário, o mais grave é que o governo Bolsonaro, com o tal Auxílio Brasil, irá promover a “maior exclusão da história da proteção social”. Medida Provisória enviada ao Congresso, além de revogar o Bolsa Família, também acaba com o auxílio emergencial. Ou seja, milhões de pessoas ficarão desassistidas em meio à crise sanitária e econômica. Calcula-se 22 milhões a menos do atual contingente de 39 milhões de beneficiários do auxílio emergencial. Em abril de 2020, eram 68 milhões de brasileiros atendidas na emergência.

São números. Mas números que revelam pessoas, seres humanos, brasileiros e brasileiras. E o que eles mostram é que o atual governo, corrupto, genocida e anti-nacional é, também, antipopular. A saída é o impeachment, já. •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara.



GOVERNO TIRA DINHEIRO DO SUS

Fiéis ao Teto de Gastos, Bolsonaro e Guedes roubam R\$ 25 bilhões da saúde pública. Enquanto países suspendem as regras fiscais para viabilizar o combate ao coronavírus, o atual governo mantém austeridade a qualquer custo, inclusive de vidas, mesmo que signifique menos verbas para o Sistema Único de Saúde

O governo Bolsonaro se mantém fiel à política de austeridade fiscal a qualquer custo, mesmo que isso resulte em menos verbas para a área social. Para quem ainda tem alguma dúvida do prejuízo que Lei do Teto de Gastos – a famigerada Emenda Constitucional 95, aprovada no governo Temer – causa à população, a análise do Orçamento de 2022 é elucidativa.

No texto encaminhado em 31 de agosto ao Congresso, o Ministério da Economia prevê que o

Orçamento da União para ações e serviços públicos de saúde será de R\$ 134,48 bilhões. O valor fica dentro do exigido por lei, uma vez que o mínimo estabelecido pela Emenda do Teto é de R\$ 134,1 bilhões. E é aí que ocorre o assalto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Antes do Teto de Gastos, o valor mínimo obrigatório para o setor era de 15% da receita corrente líquida prevista – o que o governo espera arrecadar com impostos. Como a receita para 2022 está estimada em R\$ 1,062 trilhão, o piso para a saúde seria de R\$ 159,38

bilhões. Mas a EC 95 mudou a regra. Ao congelou o mínimo em 15% da receita corrente líquida de 2017, permitindo apenas a correção da inflação, os recursos para a saúde serão de R\$ 134,1 bilhões.

“O congelamento do piso de saúde, determinado pela EC 95, implica uma perda próxima a R\$ 25 bilhões para o SUS em 2022”, denunciam os assessores do PT no Senado Ana Paula Sóter e Bruno Moretti e o ex-ministro da Saúde Arthur Chioro. “Apenas para conferir maior clareza em relação ao que essa perda significa, equivale

ao total do orçamento autorizado para aquisição de vacinas contra a Covid em 2021”, completam.

Em vez de 15%, o valor encaminhado pelo governo no orçamento corresponde a 12,7% da receita corrente líquida prevista. Esse dado, segundo os autores, reforça que “a EC 95 foi proposta com o objetivo de sequestrar receitas antes destinadas ao SUS”.

Hoje, está claro que o sequestro do orçamento para beneficiar os mais ricos foi um dos objetivos do Golpe de 2016, que retirou Dilma Rousseff da Presidência com um impeachment fraudulento, sem crime de responsabilidade. Tanto é que o Teto de Gastos foi uma das primeiras medidas encaminhadas por Michel Temer após tomar o poder.

Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes, apenas aprofundam o sequestro do orçamento, mantendo a política de austeridade a qualquer custo durante a crise social e econômica desencadeada pela pandemia de Covid-19.

Durante a pandemia, vários países suspenderam as regras fiscais para viabilizar o combate ao coronavírus. No Brasil, porém, o governo nunca questionou o Teto de Gastos e insiste em retirar recursos da saúde. Tudo para agradar os patrocinadores do Golpe de 2016 – os operadores do mercado financeiro e os ricos, que ganham dinheiro enquanto a população mais pobre sofre com a fome, o desemprego e a inflação.

Os ganhos para os mais ricos são evidentes. Nos últimos cinco anos, a desigualdade social voltou a crescer. Enquanto entre 2002 e 2015 a renda dos 20% mais pobres foi a que mais cresceu (84%), após o golpe a situação se inverteu. Entre 2015 e 2019, os 20% mais ricos foram os que mais tiveram aumento de renda no Brasil, enquanto os 20% mais pobres viram sua renda real cair mais de 10%. • Agência PT

Alessandro Dantas



INEFICÁCIA O Ministério da Saúde foi avisado da validade dos insumos

EM PLENA CRISE DA COVID, DESPERDÍCIO DE R\$ 80 MILHÕES

Sob Bolsonaro, Ministério da Saúde deixa vencer testes, remédios e vacinas. O estoque da pasta será inutilizado

A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), ligada ao Ministério da Saúde, deixou vencer milhares de kits para diagnóstico da Covid-19 e dezenas de medicamentos, inclusive vacinas para outras doenças. O órgão foi notificado sobre a proximidade da data de validade de 32 tipos de insumos. Mesmo assim, não agiu a tempo de distribuí-los. O resultado é que, agora, milhares de imunizantes, soros, diluentes e testes que custaram R\$ 80,4 milhões aos cofres públicos não foram aproveitados a tempo e terão de ser inutilizados.

O desperdício inclui, por exemplo, mais de 18 mil kits de testes de Covid, considerados fundamentais pelos especialistas para monitorar e controlar a transmissão do vírus. Também estão na lista 44 mil vacinas meningocócicas (contra meningite) e 16 mil vacinas contra a gripe. A denúncia é do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Na avaliação do presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Carlos Lula, “perder doses de algo que é plenamente controlável” é consequência da “falta de planejamento do Ministério”. “Longe de ser um episódio, reflete toda a conduta da política pública do governo federal há pelo menos 2 anos”, disse ele, titular da pasta no Maranhão.

O material estava armazenado no Centro de Distribuição que o Ministério possui em Guarulhos (SP). Uma planilha do Ministério da Saúde aponta que, para sete desses insumos, houve mais de uma notificação sobre o vencimento do prazo. A SVS foi alertada, em abril e em junho deste ano, sobre os produtos que venceriam entre 8 de julho e 31 de agosto. Eles custaram R\$ 2,6 milhões aos cofres públicos. Quase a totalidade deles foram perdidos a partir de 2019, durante o governo Bolsonaro. •



Alessandro Dantas

PLANO MACABRO Bruna Morato diz que médicos elaboraram dossiê

“ÓBITO TAMBÉM É ALTA”

CPI recebe denúncia sobre pacto da morte. Segundo advogada, Bolsonaro e a Prevent tinham acordo para promover cloroquina, mesmo sem eficácia comprovada. Plano de saúde escondeu as mortes por Covid

A campanha negacionista do governo Bolsonaro em favor do vírus da Covid-19 - na suposição de que quanto mais brasileiros fossem contaminados, mais rápido o país chegaria a uma imunidade de rebanho e, com isso, retomar a atividade econômica - é muito mais engenhosa do que se imaginava. As revelações feitas à CPI da Covid na terça-feira, 28, são estarrecedoras e mostram uma perigosa estratégia digna dos filmes de terror.

Em depoimento à CPI, a advogada Bruna Morato revelou que o gabinete paralelo de Bolsonaro tinha um acordo com a operadora de saúde Prevent Senior para difundir a ideia de que a população poderia se proteger de uma infecção pelo vírus ou evitar um agravamento da doença com a adoção do chamado tratamento

precoce. O Brasil tem quase 600 mil mortos pela Covid.

Aos senadores, Bruna Morato confirmou as denúncias de um grupo de médicos, reunidos em um dossiê enviado à CPI, de que a operadora obrigava os profissionais a receitarem o 'kit covid', que continha oito drogas ineficazes contra a doença, a pacientes. A utilização de idosos como cobaia para testes com os medicamentos, um experimento que remete aos horrores da Segunda Guerra Mundial, também foi confirmada pela advogada.

A operadora, de acordo com o relato, enviava os kits covid como parte de uma estratégia de redução de custos, evitando gastos com internações. Além disso, os pacientes ficavam no escuro quanto à informação de que participavam de um estudo sobre os efeitos das drogas. O dossiê também indica que houve adulteração das

causas da morte nos atestados de óbito de diversos pacientes. À CPI, Morato afirmou que os profissionais estão sob constante ameaça e que até seu escritório foi invadido, como ato de represália por causa das denúncias.

“Existia um plano para que as pessoas pudessem sair às ruas sem medo, por meio do aconselhamento de médicos”, explicou. “A Prevent Senior iria entrar para colaborar com essas pessoas. É como se fosse uma troca, um pacto, uma aliança”, descreveu. Segundo a advogada, o Ministério da Economia não apenas tinha ciência do acordo, mas compartilhava do desejo de volta à normalidade.

“O fato novo é a relação do gabinete paralelo com o Ministério da Economia”, pontuou o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL). “Era um alinhamento ideológico, a economia não podia parar”, concordou Morato. “Era preciso conceder esperança para que as pessoas saíssem às ruas. Essa esperança tinha nome: hidroxicloroquina”.

O senador Humberto Costa (PT-PE) apontou para a gravidade dos experimentos com a população, feitos pela Prevent Senior, com o conivente silêncio do Conselho Federal de Medicina (CFM) e o incansável incentivo de Bolsonaro.

Alessandro Dantas



Em abril de 2020, Bolsonaro chegou a divulgar os resultados de um suposto estudo da Prevent Senior com resultados positivos do tratamento precoce. Áudios ouvidos durante a sessão revelam que o diretor do instituto de pesquisa da operadora, Rodrigo Esper, pediu uma revisão do estudo feito com pacientes. “Os dados precisam ser assertivos e perfeitos porque o mundo está olhando pra gente”, disse. A advogada sustenta que a operadora alterou dados dos pacientes em seus relatórios.

Em maio, Bolsonaro compareceu ao Supremo Tribunal Federal com empresários para defender uma agenda de retomada da economia, ao lado do general Walter Braga Netto, peça-chave na engrenagem da catástrofe. Sob a coordenação de Braga Netto na Casa Civil, no entanto, não foi a economia que disparou mas o implacável contador de mortos por Covid-19. Em 30 de março, um dia após sua saída do cargo, o Brasil batia mais um recorde de mortes diárias (3.801), acumulando 317,6 mil óbitos no total. Missão cumprida, como atestou o general Eduardo Pazuello, meses depois, na CPI. Pelo papel de Braga Netto na tragédia, a CPI estuda sua convocação à comissão. •

Alessandro Dantas



PICADEIRO O empresário Luciano Hang tentou usar a CPI para se promover

HANG, UM RÉU CONFESSO

CPI aponta crimes do empresário, que promoveu cloroquina e confirmou integrar “gabinete paralelo”

Disseminador de campanhas antivacina e de tratamentos inúteis contra o coronavírus durante a pandemia, o empresário Luciano Hang confirmou à CPI da Covid, na quarta-feira, 29, que integra o gabinete paralelo de Jair Bolsonaro. Diante dos senadores, confirmou que é um mentiroso compulsivo ao não prestar juramento de dizer a verdade diante da comissão.

Ele tentou tumultuar a CPI, desrespeitando e debochando dos parlamentares, uma estratégia para transformar o depoimento em uma “live” de promoção pessoal. Não deu certo: os senadores usaram as próprias declarações de Hang, tanto ao vivo quanto nos vídeos e áudios exibidos, para apontar os crimes cometidos pelo empresário durante a pandemia. Ele confirmou que ainda não se vacinou, apesar de ter idade para ser imunizado.

Hang descobriu que não estava diante de funcionários da

Havan. Ao defender a interrupção das perguntas feitas pelo relator Renan Calheiros (MDB-AL), o advogado do depoente, Bruno Brandão, desrespeitou o senador Rogério Carvalho (PT-PE) e quase acabou expulso do plenário. O depoimento foi interrompido e, após um pedido de desculpas de Brandão, a oitava prosseguiu.

O empresário foi parar na CPI por sua atuação contra medidas não farmacológicas de proteção contra a pandemia, a defesa do uso de drogas ineficazes contra a Covid-19 e por uma campanha de exposição da população ao vírus. Também pesa sobre ele a suspeita de financiamento de sites propagadores de fake news.

“Nós já temos material suficiente para indicar todos os crimes praticados pelo senhor Luciano Hang”, apontou o senador Humberto Costa (PT-PE). “Ele confirmou tudo, é um investigado confesso, um réu confesso”, declarou o senador. •



CPI Humberto Costa e Rogério Carvalho denunciaram atuação criminosa de Luciano Hang



CARLOS NEDER, PRESENTE

Um dos grandes formuladores e defensores do SUS, o médico e fundador do PT morreu em decorrência de complicações da Covid. Lula e Haddad lamentam a passagem do ex-vereador e ex-deputado

Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), o médico Carlos Neder, morreu no sábado, 25, aos 67 anos, por complicações de Covid-19. Ele estava internado no Hospital São Camilo, em São Paulo, desde 8 de agosto. Nascido em Campo Grande, Neder mudou-se para a capital paulista na década de 70. Formado pela USP e mestre em Saúde Pública pela Unicamp, ele foi deputado estadual e também como vereador em São Paulo por quatro mandatos.

Ex-secretário municipal de Saúde, no governo de Luiza Erundina (1990-1992), foi eleito vereador pela primeira vez em 1996. Em seus mandatos como parlamentar, atuava nas áreas de saúde, educação e economia solidária. Apresentou mais de 100 projetos de leis tendo mais de 60 delas aprovadas, tanto na cidade como no esta-

do de São Paulo.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a morte do médico e líder político. “Carlos Neder fez da sua militância política a luta pela saúde do povo brasileiro, pelo SUS, pela educação, pela inclusão, pela ética e pelo aprofundamento da democracia”, disse. “Sempre se guiando pelo interesse público, sempre trazendo dignidade, sentido e honra para a atividade política”.

“O Partido dos Trabalhadores perde uma referência e a política de São Paulo e do Brasil perde um grande homem, do tipo que o país, neste momento difícil, tanto necessita”, continuou. “Um lutador que se vai em um momento que o país volta a reconhecer a importância da saúde pública. Fica o legado político, a inspiração e ensinamentos que serão tão importantes para continuarmos na luta por um país melhor para todos”.

O ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, também manifestou pesar pela morte do médico. “Neder foi um guerreiro que espalhou otimismo, esperança, obras que beneficiaram homens, mulheres e crianças e sempre fez da defesa do SUS um norte para a saúde pública”, disse. “Meus sentimentos à família, amigos e companheiros de caminhada”.

O arquiteto Nabil Bonduki foi outro a lamentar a passagem do médico e líder político. “É uma ironia do destino que um dos mais importantes formuladores e defensores do SUS e da saúde pública no país tenha sido vítima da Covid-19, exatamente no momento em que a sociedade entendeu, de forma quase unânime, a importância desse sistema de saúde pública que evitou que a tragédia da pandemia tivesse dimensões ainda maiores no Brasil”. •

AGRICULTURA FAMILIAR SOB ATAQUE

Governo votou a vetar a Lei Assis Carvalho, mas o PT luta para atender aos pequenos agricultores, responsáveis atualmente pela produção de 70% dos alimentos do país. Sem a lei, vai faltar comida na mesa do povo brasileiro

Paulo Rocha

Assistimos, desde o início do atual governo, um ataque sistemático à agricultura familiar. Em um ano



e meio de pandemia, nenhum crédito especial ou fomento foi transferido para o setor da economia, que é o principal responsável pela produção de alimentos no Brasil.

Foi buscando reparar essa injustiça que o Congresso Nacional, a partir de proposta do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores, aprovou o Projeto de Lei 735/2020, a “Lei Assis Carvalho”, que prevê “medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19”.

Alegando “ausência de estimativa financeira”, o governo vetou quase a totalidade dos dispositivos do projeto, em uma decisão desumana e irresponsável, demonstrativa de seu total desprezo pelo papel fundamental que a agricultura familiar brasileira tem e terá para ajudar o país a sair da crise.

Diante disso, as propostas da Lei Assis Carvalho foram reapresentadas como o Projeto de Lei 823/2021. Como no primeiro texto, foi fundamental a participação dos movimentos sociais do campo e das mulheres camponesas em sua elaboração.

Durante a votação no Senado, o líder do Governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que o governo vetaria apenas a proposta de Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural destinado a apoiar

a atividade produtiva de alimentos por agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e de extrema pobreza.

No entanto, o veto foi total, incluindo a instituição do Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar, a concessão de benefício garantia-safra automaticamente a todos os agricul-

tores familiares aptos a receber o benefício, e a instituição de linhas de crédito rural para a produção de alimentos básicos e de leite e novas possibilidade de renegociação de dívidas.

Como bem apontam a Articulação Semiárido Brasileiro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sem os incentivos previstos no PL 823, a agricultura familiar e camponesa, hoje responsável pela produção de 70% dos alimentos do país, não vai conseguir suprir a demanda de abastecimento e garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional da maioria da população brasileira.

O veto total à Lei Assis Carvalho 2 indica a opção do governo por um modelo agroexportador que demanda a cada dia mais terras e territórios para se manter competitivo internacionalmente. Um modelo que, ao avançar sobre a Amazônia, configura-se como verdadeiro agrocídio, uma vez que suas consequências sobre o clima e os negócios já se fazem sentir. Por tudo isso, é imprescindível a derrubada do veto à Lei Assis Carvalho II. Urgente. •

Senador pelo Pará, é líder do PT no Senado

**O VETO TOTAL
À LEI ASSIS
CARVALHO 2
INDICA A OPÇÃO
DE BOLSONARO
POR UM MODELO
AGROEXPORTADOR
QUE OCUPA
MAIS TERRAS**



A FORÇA ELEITORAL DE LULA

Ex-presidente lidera com larga margem de vantagem sobre Bolsonaro na base da pirâmide social brasileira: 54% entre aqueles que ganham até 2 salários-mínimos. Bolsonaro tem 20%

Matheus Tancredo Toledo * e
Juliana Nascimento **

O Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (Noppe) tem apontado, em seus boletins e em análises divulgadas aqui na Focus Brasil, que o segmento com menor renda garante altos índices de reprovação ao governo Bolsonaro e uma dianteira significativa para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos cenários eleitorais. Com a divulgação de

novos dados dos institutos IPEC (antigo Ibope) e Datafolha, além de outras lançadas em setembro, é possível traçar um panorama atualizado sobre a questão.

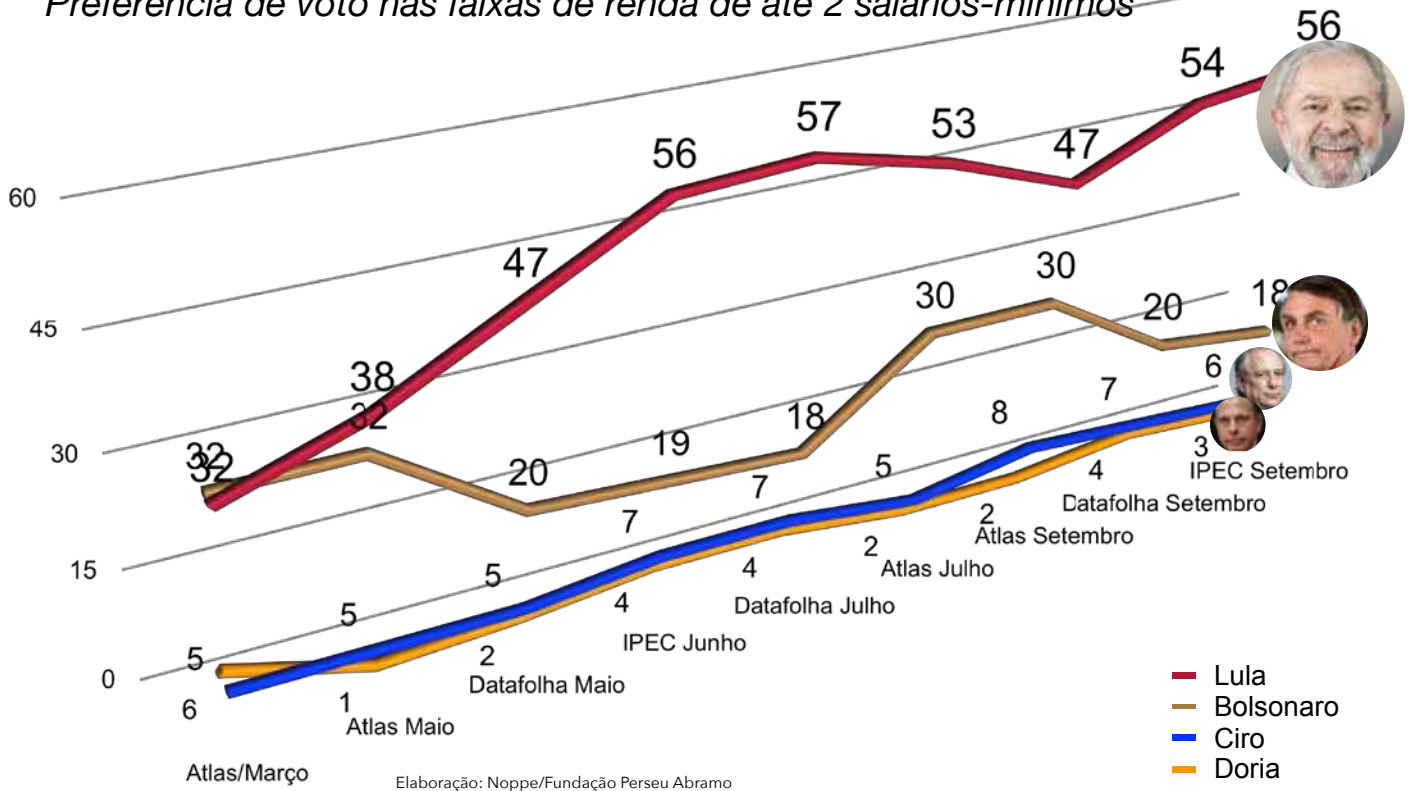
Em ambas as pesquisas, é marcante a relação diretamente proporcional na aprovação do governo Bolsonaro se analisarmos as faixas de renda. No levantamento do Datafolha, por exemplo, quanto maior a renda, maior a aprovação. São 17% e 36%, respectivamente, nas faixas até 2 salários mínimos (SM) – R\$ 2,2 mil – e mais de 10 SM – R\$ 11 mil – de renda familiar mensal. Em relação

à reprovação, ocorre o inverso: na primeira faixa são 56% que consideram o governo ruim ou péssimo, número que é de 46% na faixa de renda maior que 10 salários mínimos. Segundo o instituto, houve queda na reprovação na faixa de maior renda desde maio: de 63% para 46% desde maio.

Nos cenários de intenção de voto para o primeiro turno, no Datafolha, Lula tem melhor desempenho quanto menor a renda do eleitor – 54% entre os que possuem renda até 2 SM, e 23% para os que possuem renda maior que 10 SM. Já a intenção de voto em

Sucessão presidencial. Evolução no primeiro turno

Preferência de voto nas faixas de renda de até 2 salários-mínimos



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

Bolsonaro cresce quanto maior a renda – 20% renda até 2 SM e 42% renda mais que 10 SM.

Lula tem vantagem de 34 pontos percentuais para Bolsonaro entre os mais pobres, e de 6 pontos percentuais no segmento com renda de 2 a 5 SM, os dois mais numerosos do ponto de vista demográfico. Já Bolsonaro tem vantagem de 17 pontos na renda de 5 a 10 SM, 19 pontos com renda maior que 10 SM. Entre os outros candidatos, o desempenho de Doria melhora entre os mais ricos – vai de 4 para 8 pontos. Ciro chega aos 12% na faixa de 2 a 5 SM. O melhor segmento de Mandetta também é entre os mais ricos – 6 pontos.

Na pesquisa IPEC, a vantagem de Lula para Bolsonaro no segmento de menor renda é de 38 pontos percentuais (56% a 18%), enquanto Bolsonaro tem seu melhor desempenho na faixa de renda maior que 5 SM – 40% contra 29% de Lula.

A vantagem de Lula no segmento de menor renda é substancial e, no momento, maior do

que na última eleição disputada pelo ex-presidente. Lula chegou às vésperas do primeiro turno de 2006 com vantagem de 16 pontos percentuais sobre o candidato Geraldo Alckmin (PSDB). Neste sentido, Lula mantém hoje vantagem maior sobre Bolsonaro do que quando foi reeleito.

No segundo turno, segundo o Datafolha, Lula amplia a vantagem nos dois segmentos de menor renda da população: 41 pontos na renda até 2 SM, 12 pontos na renda até 2 a 5 SM. Já Bolsonaro tem vantagem de 12 pontos tanto entre 5 a 10 SM, quanto na renda maior que 10 salários. O IPEC não divulgou simulações de segundo turno.

Ambos os institutos mediram a opinião dos brasileiros sobre a situação do país. Sob o recorte de renda, destaque para o número de 61% dos entrevistados com renda menor que 2 salários mínimos que afirmaram que a situação econômica pessoal piorou, número que é de 34% no segmento mais rico. Somente 8% dos entrevistados do seg-

mento de menor renda sentiram melhora na situação econômica do Brasil, número que chega a 22% entre os mais ricos. Em relação à piora, também persiste essa distinção: 70% dos mais pobres da amostra e 62% entre os mais ricos.

O instituto aponta também que 88% dos entrevistados com renda familiar mensal menor que dois salários mínimos tiveram redução no consumo de algum tipo de alimento desde o início do ano – 73% deste segmento reduziram o consumo de carne bovina, por exemplo. Entre os mais ricos, 36% diminuíram o consumo deste mesmo alimento. De acordo com o IPEC, há maior percepção de que o Brasil está no caminho errado entre os mais pobres: 73% no segmento com renda menor que 2 SM, enquanto que entre o segmento mais rico, o número que é de 58%.

* Cientista político, com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo. ** Economista pela PUC-SP, é analista do Noppe da FPA.

“O BRASIL CONTA COM A VANGUARDA DO ATRASO AGORA”

Autor de “Bidenomic nos Trópicos”, o ex-ministro da Fazenda diz que a agenda ultraliberal piorou a situação e está aprofundando as desigualdades no Brasil. Ele compara o país com os EUA, com Biden tentando adotar uma política de redução da pobreza

Pedro Camarão

O Plano Biden que está sendo colocado em prática nos Estados Unidos é objeto de análise do livro “Bidenomics nos Trópicos”, organizado pelo professor da Unifesp André Roncaglia e pelo ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa. Ele trata da proposta do presidente Joe Biden e de que forma as ideias aplicadas lá podem ser trazidas para a realidade brasileira.

Focus Brasil – O Plano Biden altera a agenda nos EUA?

Nelson Barbosa – É muito cedo para saber se muda completamente porque ainda não foi aprovado. Mas é, claramente, uma ruptura com o padrão predominante nos últimos 40 anos ao apostar numa tributação mais progressiva, procurar reforçar o Estado de bem-estar social, mas ainda de forma não radical. Por exemplo, na questão da saúde pública não avançou muito. Mas é mais explícito

na política industrial. Os americanos sempre fizeram política industrial sem dar este nome. Agora, com a concorrência com a China, isso tem ficado mais explícito. O objetivo é aumentar produção doméstica de chip, fortalecer a indústria de informação, digitalização, produção de energia, fontes alternativas...

– Então, essas mudanças visam também fortalecer o país para o enfrentamento com a China?

– Não é enfrentamento. Tem uma motivação doméstica que é a insatisfação por 40 anos de concentração de renda e tem uma preocupação geopolítica que é a concorrência com a China. Essas duas coisas levam ao resgate de quatro temas: tributação progressiva, reforço na rede de proteção social, política industrial e apoio a sindicatos. Tudo isso foi proscrito na agenda política americana.

– Os EUA são um país decadente?

– Não. É um país dinâmico, é um país rico, é um país muito desigual,

mas não acho que seja decadente.

– A atuação do Estado que Biden propõe tem alguma semelhança com o que tínhamos no Brasil antes do Golpe de 2016?

– Na parte de proteção de renda, sim. Ele aposta no aumento da transferência de renda para combater a pobreza. Os mecanismos são diferentes dos nossos. Lá, eles têm um crédito de imposto de renda. Todo mundo paga, inclusive os mais pobres. Só que os mais pobres recebem rapidamente e com complemento. Existe uma preocupação com economia dos cuidados, uma coisa que nós começamos a fazer aqui, mas que ainda estava muito incipiente: investir em assistência médica a idosos, crianças, pessoas portadoras de necessidades especiais. E tem uma preocupação com o salário-mínimo. Biden tentou aumentar o salário-mínimo. Acho que isso também é uma mudança importante e mostra que o salário-mínimo é um instrumento importante para reduzir desigualdade e impulsionar a economia.

– O livro parte do Plano Biden para apontar como um projeto de desenvolvimento poderia ser construído no Brasil. Qual é o paralelo possível?

– Acho que os princípios de ação do Estado são os mesmos: 1) reduzir desigualdade; 2) fazer tributação mais progressiva; 3) apoiar os trabalhadores, mesmo que seja num formato diferente adaptado ao século 21 nas relações trabalhistas; e 4) um papel ativo do Estado no desenvolvimento tecnológico e na diversificação produtiva.

Agora, cada país tem condições iniciais diferentes, logo, isso limita o grau de ação. Por exemplo, nós temos o SUS. Então, podemos fazer muito mais em saúde pública do que os americanos. que ainda não têm um sistema público, nem sei se terão um dia. Por outro lado, eles têm uma situação fiscal muito mais confortável que a nossa. Eles se endividam somente na sua própria moeda, o Tesouro lá paga juros negativo. Então, têm um espaço muito maior para fazer uma política inicialmente expansionista emitindo dívida do que nós.

Nós podemos fazer, sim, uma política expansionista com emissão de dívida, mas num volume muito menor do que o dos EUA. Então, temos escolhas mais difíceis. Uma iniciativa aqui vai ter que ser muito focada em coisas que melhorem rapidamente o bem-estar da população. No caso do Brasil, me parece claro que é combate à pobreza, transferência de renda e geração de emprego. Isso seria o passo inicial. E uma política industrial adaptada a nossa realidade. Não temos o complexo tecnológico dos EUA, mas podemos participar ativamente de alguns investimentos, desenvolvimento de tecnologia na saúde, energia... O Brasil tem capital humano e conhecimento para investir ali.

– O plano Biden visa construir uma sociedade mais justa porque

um dos diagnósticos feitos por economistas é de que níveis elevados de desigualdade social colocam em risco a estabilidade e o próprio modelo democrático ocidental. É isso?

– Com certeza. Isso está claro no discurso do Biden na campanha, antes de ser eleito. E os números mostram que nos últimos 40 anos o crescimento da economia americana foi preponderantemente para o 1% mais rico. Entre 90% e 99% da população americana teve pequeno aumento de renda per capita nos últimos 40 anos. Isso gera problemas de desigualdade e uma ameaça à democracia porque junto com a concentração de renda vem a concentração do poder econômico de influir nas eleições, financiar campanha, fazer propaganda, censurar o debate de um jeito ou de outro. Então, essa percepção de que desigualdade excessiva mina a democracia também está dentro das preocupações que levaram a essa mudança de visão nos EUA.

– E é uma preocupação que o Brasil deve ter, obviamente?

– A desigualdade lá subiu bastante nos últimos 40 anos e estão chegando próximo da nossa. Mas já éramos tão desiguais como hoje há muito tempo. Este é um problema mais grave no Brasil.

– Tais mudanças nos EUA, ainda em processo, são um claro enfraquecimento da agenda neoliberal no mundo?

– É uma mudança. O neoliberalismo acho que está se esgotando, não dá para dizer nunca que acabou. As coisas nunca acabam de "morte matada", acabam de "morte morrida", vai acabando gradualmente. Acho que tem um esgotamento porque há 40 anos foi prometido que se liberalizaria a economia, teria uma desregulamentação, privatização, redução do poder dos sindicatos, abertu-

ra comercial e isso geraria crescimento, inicialmente, estimulando os mais ricos e depois isso vazaria para o resto da economia. Teve crescimento, não foi maior do que no período anterior, e não houve distribuição. Não vazou para o resto da economia, ficou concentrado. E levou essa concentração a ameaçar o próprio regime democrático no Ocidente.

Estamos vivendo uma fase parecida com o início do século 20, antes da 1ª Guerra Mundial, com o esgotamento do liberalismo. Só que levou um tempo para aparecerem outras coisas. É aquela frase do [Antonio] Gramsci que todo mundo repete hoje em dia: "o velho morreu, mas o novo não nasceu ainda". A gente está nessa fase. O neoliberalismo está se esgotando. Obviamente, pode ter uma sobrevida ainda e cada país está procurando qual deve ser o modelo pós-neoliberal.

– Nos 1.000 dias do governo Bolsonaro, a agenda é oposta à de Biden. Estamos sob um neoliberalismo radical, mas sem projeto real para o país?

– É a vanguarda do atraso. O Brasil está tentando aplicar um modelo dos anos 1970 que já deu errado. Um modelo ultra-neoliberal como o Chile e os próprios chilenos estão querendo superar esse modelo, que aposta na concentração de renda, repressão a minorias e às classes populares. Este não é um modelo sustentável. Se não é um modelo sustentável no Chile, um muito menor em termos de população, com 13 milhões de pessoas concentradas em poucas cidades, o que dirá do Brasil, um país mais diverso e com 210 milhões de pessoas. Esse modelo, do ponto de vista econômico e ideológico - de extrema-direita, de repressão - ele já era anacrônico antes de o Brasil começar a adotar. E nós estamos aqui vendo o resultado, né? •



UM PLANO DE RECUPERAÇÃO

Next Generation para a Europa, Velha Geração para o Brasil. Ao contrário do que acontece em Pindorama, no Velho Mundo, entende-se que é obrigação comunitária e nacional salvar vidas e proteger a população dos piores efeitos da crise



Aloizio Mercadante *
e Marcelo Zero **

O Conselho da União Europeia aprovou, em 21 de julho de 2020, o maior programa de recuperação econômica da história desse bloco. Trata-se do Next Generation EU (NGEU), um fundo de 750 bilhões de euros inteiramente dedicado à reconstrução e modernização da economia europeia, no cenário complexo e difícil da pós-pandemia.

Alguns já o definiram como um novo Plano Marshall, só que, dessa vez, um plano inteiramente europeu, financiado com recursos próprios. Somado a um robustecido orçamento da UE, que ascende a 1,7 bilhão de euros, esse bloco disporá de 1,8 trilhão de

euros para gastos e investimentos até 2027.

Tal como o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, lançado pelo PT em setembro de 2020, o NGEU, somado ao orçamento da UE, combina objetivos de curto, médio e longo prazos. O objetivo emergencial é o de ajudar os estados membros a reparar os danos econômicos e sociais imediatos causados pela pandemia do coronavírus.

Mas ele também visa auxiliar a transição verde, a transformação digital, o crescimento e geração de empregos inteligentes, sustentáveis e inclusivos, a coesão social e territorial, a saúde e a resiliência e as políticas para as próximas gerações, incluindo o aprimoramento da educação e a geração de inovação.

Dessa forma, o grande objetivo de longo prazo é o de modernizar a economia europeia, criar bases sociais e ambientais para o novo desenvolvimento e preparar a UE para os desafios do futuro.

Para tanto, mais de 50% dos recursos serão gastos como pesquisa e inovação, via o Horizon Europe; clima e transições digitais, por meio do Just Transition Fund; preparação, recuperação e resiliência mediante o Centro de Recuperação e Resiliência. Ademais, haverá novo programa de saúde, o EU4Health, destinado a preparar a Europa a lidar com desafios epidemiológicos.

Estamos diante, portanto, de uma grande reviravolta, em relação às políticas de austeridade, implantadas na UE desde 2008, as quais não produziram os resultados esperados e, ao contrário, subsumiram algumas economias do bloco, como a da Grécia, em grandes tragédias sociais e humanitárias.

Assim, a imposição do auste-

ricídio às economias mais frágeis da Europa, impulsionado grandemente pela Alemanha, após a grave crise de 2008, é agora substituída por uma nova política contracíclica, fundada na solidariedade e no resgate do papel do Estado e das instituições comunitárias como instrumentos fundamentais do enfrentamento da cri-

A GUINADA NÃO SE DEU POR ACASO, MAS POR DESAFIOS ESTRUTURAIS QUE VEM SE ACUMULANDO NO INTERIOR DO BLOCO EUROPEU

se da pandemia e da construção de economias e sociedades mais competitivas, modernas, justas e ambientalmente sustentáveis.

Diga-se de passagem, se as rígidas políticas de controle orçamentário e fiscal da UE tinham, por assim dizer, a cara da conservadora Angela Merkel, o NGEU tem a marca de Olaf Scholz, o futuro novo chanceler alemão, que participou da elaboração e negociação do plano, desde o seu início.

Obviamente, essa impressionante guinada política da UE não ocorreu por acaso. Tampouco se deu por meras mudanças

conjunturais e políticas em poucos países. Na realidade, é resposta a uma série de desafios estruturais que vem se acumulando no interior do bloco europeu há muito tempo.

Por isso, dessa vez, as economias mais dinâmicas do norte europeu e os chamados países “frugais” (Holanda, Dinamarca, Áustria e Suécia), que têm déficits muito baixos, concordaram com a emissão coletiva de uma dívida, contraída via euro bonds, para constituir o fundo NGEU. Esses países também concordaram que 390 bilhões de euros desse fundo fossem disponibilizados via meras transferências.

O novo ímpeto de solidariedade europeia foi despertado por vários fatores. Em primeiro lugar, está o tamanho da atual crise. A economia da União Europeia sofreu uma queda de 6,3%, em 2020, após anos de crescimento baixo – 1,6%, em 2019. Essa queda foi bem maior que a verificada nos EUA (-3,5%) e Japão (-4,8%). Alguns países da UE, como Itália, Suécia, Bélgica e Espanha estão entre os mais afetados pela crise sanitária e ainda hoje têm dificuldades em recuperar o dinamismo econômico pré-crise. O fato de que muitos países da UE têm perfil demográfico bastante envelhecido contribui para gerar um impacto maior da Covid-19.

Em segundo, está a assimetria do impacto da crise da Covid-19. A crise da pandemia afetou de forma desproporcional a economia dos países do sul da Europa, especialmente de países que dependem muito do turismo, como Espanha (-11%), Portugal (-7,6%), Grécia (-7,8%), Itália (-8,9%) etc. Também afetou mais os países que possuem muitos pequenos negócios.

Esse impacto desproporcional

acentuou uma tendência, que já havia se consolidado desde a crise de 2008, de aumento das desigualdades entre os países do norte e sul da Europa.

Isso cria um grave problema estrutural de coesão interna da UE, que tem como estratégia de integração justamente a convergência das economias. A integração europeia, que visa, em última instância, a construção de uma cidadania comunitária, não pode ser sustentada, se há aumento das assimetrias entre os países.

Um terceiro fator, estreitamente ligado ao segundo, é o Brexit. De fato, a saída do Reino Unido da UE foi um grande trauma para o bloco e acendeu uma gigantesca luz vermelha sobre os seus rumos. Criou-se um grande temor de que o Brexit se convertesse na primeira de uma série de defecções, à medida em que as assimetrias e os conflitos interno do bloco se acentuassem. Ficou claro que a UE tinha de investir em coesão interna.

O quarto fator tange à natureza da crise. Em 2008, os economistas conservadores podiam alegar que os países que apresentavam os maiores déficits e dificuldades tinham de arcar com as consequências de terem sido "gastadores" e mal gerido as suas finanças. Tinham, por conseguinte, de praticar rígidas políticas de austeridade fiscal e controle orçamentário para voltarem ao "normal".

Dessa vez, no entanto, isso não pode mais ser alegado. A crise da Covid-19 é claramente uma crise que obedece fundamentalmente a fatores exógenos. Não tem nenhuma relação direta com algum suposto descontrole orçamentário e fiscal. Os governos responsáveis simplesmente foram obrigados a praticarem lockdowns e o distanciamento social, bem como a aumentarem os gastos com saúde, subsídios

às empresas e assistência social para salvar vidas.

Ao contrário do que aconteceu e acontece no Brasil, na UE, ou na maior parte dela, entende-se que é obrigação comunitária e nacional salvar vidas e proteger a população dos piores efeitos da crise.

Um quinto fator, de grande peso, se relaciona ao fato de que a Estratégia de Lisboa não vem funcionando a contento e que a economia da UE está per-

PARA A UNIÃO EUROPEIA, O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS DE AUSTERICÍDIO A ELE ASSOCIADAS, FRAGILIZAM, ESPECIALMENTE, AS DEMOCRACIAS

dendo competitividade.

Com efeito, a União Europeia adotou, em 2000, na cidade de Lisboa, uma agenda de desenvolvimento estratégico com o objetivo de transformar-se na "economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento econômico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social". Para a UE, o conhecimento tornou-se a "maior riqueza das nações, companhias e pessoas". Assim sendo, o desenvolvimento

em pesquisa, inovação e educação, o tripé da economia baseada no conhecimento, bem como em tecnologias que promovem a inclusão digital, é lá considerado primordial.

Contudo, a crise de 2008, combinada posteriormente com as políticas de austeridade fiscal, esterilizaram esforços para realizar essa estratégia fundamental para o futuro da Europa.

À insuficiência na realização dessa estratégia de desenvolvimento, somaram-se dois novos grandes desafios estruturais: a emergência ambiental e a ascensão da China.

Não há mais dúvida, no mundo não-negacionista, de que as mudanças climáticas representam o maior desafio planetário e que qualquer processo de desenvolvimento terá de ser, necessariamente, ambientalmente sustentável. Por conseguinte, o NGEU coloca grande ênfase na chamada "transição verde".

Já a ascensão meteórica da China, tanto do ponto de vista econômico-comercial, quanto tecnológico e geopolítico, exige que a UE faça um grande esforço para inserir-se exitosamente num cenário internacional inteiramente diverso do que verificava há poucos anos, quando a aliança com os EUA parecia suficiente para lhe assegurar uma posição confortável.

Muito embora essa ascensão da China se constitua num desafio, ela é também uma oportunidade, pois o conflito daquele país com os EUA, poderia abrir espaços para a UE. De fato, a UE já deixou claro que quer ter uma relação pragmática com a China. E também com a Rússia, como revela o projeto do gasoduto Nord Stream 2 estabelecido entre Bruxelas, Berlim e Moscou.

Mas, além desses fatores bem conhecidos, há um outro fator, talvez o mais importante, que

estimulou essa nova política da União Europeia.

Trata-se do fator político, ou, mais especificamente, da necessidade de proteger as democracias da Europa.

Há uma enorme preocupação, entre as forças democráticas europeias, com o crescimento da extrema direita e com o surgimento do mal denominado “populismo de direita”, que levou ao poder figuras autoritárias e xenofobas, como Orban da Hungria.

Esse fenômeno é visto como uma grave ameaça às democracias europeias e à própria coesão do bloco. O Brexit, por exemplo, foi impulsionado por forças da direita britânica, que investiram em fake news e em racismo e xenofobia contra imigrantes, para aprovar a saída do Reino Unido do bloco.

Pois bem, a UE entende, corretamente, que, para enfrentar esse grave fenômeno, é necessário se investir na sustentabilidade social e ambiental, na geração de empregos decentes, na convergência estrutural das economias, na correção das assimetrias e na coesão do bloco.

A preocupação com a democracia é tanta, que foi colocada cláusula no NGEU, pela qual apenas países que respeitem estritamente as regras democráticas poderão sacar recursos dos fundos criados.

Desse modo, fica claro que, para a UE, ou boa parte dela, o neoliberalismo e as políticas de austericídio a ele associadas fragilizam, especialmente nessa quadra difícil, as democracias e tendem a alimentar movimentos de extrema direita. Somente políticas contracíclicas robustas, apoiadas no papel do Estado, poderão criar bases estruturais estáveis para as democracias.

O neoliberalismo é o cemitério das democracias.

Não há dúvida de que essa

nova grande política europeia tende a recolocar a UE no rumo correto da igualdade social, da coesão, da sustentabilidade ambiental, da geração de inovação e empregos decentes e de democracias estáveis e inclusivas.

Ela se soma ao Plano Biden, apontando imprescindível correção de rumos para o mundo, neste desafiador e complexo cenário pós-pandemia.

No Brasil de Bolsonaro/Guedes, contudo, continua-se a se apostar não em um Next Generation, mas em um Old Generation: a insistência obtusa em anacrônicas políticas neoliberais e austericidas, que comprovadamente só resultam em estagnação, dependência e aumento da desigualdade, da fome e da miséria.

Pior: que alimentam e aprofundam a crise da democracia brasileira, fortemente ameaçada por Bolsonaro. Afinal, historicamente o fascismo se nutre de crises econômicas, sociais e políticas. Desesperança e caos o favorecem.

Em 2022, somente as forças que apresentarem programas semelhantes aos já apresentados pelo PT, por Biden ou como a esse da UE poderão ser consideradas verdadeiramente democráticas. Verdadeiras modernas. Verdadeiras patrióticas. Verdadeiras portadoras de futuro.

O resto, com Bolsonaro ou “terceira via”, nada mais será do que projeto anacrônico e reacionário para transformar o Brasil num grande, atrasado, dependente, iníquo, desmatado e autoritário “fazendão”. •

* Doutor em economia, é presidente da Fundação Perseu Abramo, ex-ministro de Ciência e Tecnologia e da Educação e ex-chefe da Casa Civil da Presidência (Dilma Rousseff). ** Sociólogo, é sociólogo, especialista em Relações Internacionais e assessor da liderança do PT no Senado.

NO REINO UNIDO, UM FUNDO PARA OS POBRES

O governo de Boris Johnson revelou um fundo de £ 500 milhões para apoiar as famílias mais pobres do Reino Unido durante o inverno, após o fim do esquema de licença e retirada de um aumento temporário para benefícios de crédito universal.

Os ministros estão se preparando para alguns meses difíceis, com os padrões de vida sendo pressionados devido ao aumento dos custos de energia e alimentos.

O esquema de apoio a licença-desemprego fechou, na quinta-feira, com 1 milhão de trabalhadores ainda no esquema, de acordo com o Escritório de Estatísticas Nacionais.

O fim de um aumento temporário de £ 20 semanais no crédito universal no mês que vem, introduzido para apoiar famílias em dificuldades durante a pandemia, aumentará ainda mais a pressão sobre o custo de vida.

O Fundo de Apoio à Família vai entregar “pequenas doações para atender às necessidades diárias, como alimentos, roupas e serviços públicos”. O fundo será aberto em outubro, com o dinheiro distribuído por meio de conselhos na Inglaterra e parlamentos devolvidos na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

Mas há críticas duras de organizações sociais: “Isso não chega nem perto de atingir a escala do desafio enfrentado por milhões de famílias com baixa renda à medida que uma crise de custo de vida se aproxima e nosso sistema de seguridade social é reduzido a níveis inadequados”, aponta a Fundação Joseph Rowntree. •



UMA ESCOLHA DECISIVA

As eleições na Alemanha foram realmente uma definição de direção para o país e a Europa, além de um voto de compromisso no combate à crise climática e em defesa da justiça social

Christoph Heuser

As eleições parlamentares na Alemanha em 2021 são um ponto de inflexão.

16 anos de governo de Angela Merkel estão por terminar, e os enormes desafios que o país e a Europa estão enfrentando agora deverão ser enfrentados por uma nova coalizão governamental.

A eleição marca o retorno da social-democracia. Depois de permanecer com 15% de aprovação por muito tempo, o SPD venceu



a eleição com quase 26% dos votos. A conservadora CDU, por outro lado, alcançou o pior resultado de sua história, caindo quase 9%. Isto dá ao SPD a legitimidade para formar um governo. Liderado pelo candidato e atual

ministro de finanças, Olaf Scholz, o trunfo da social-democracia pode ser um sinal para a Alemanha e a Europa se orientarem para uma política de justiça social, de mais investimento e proteção ambiental. No entanto, primeiro se trata de formar um governo. As negociações que já começaram, moldarão as próximas semanas e

possivelmente meses.

Se a votação tivesse sido direta nos candidatos, Olaf Scholz, segundo as pesquisas, teria recebido 45% dos votos, o candidato conservador no segundo lugar, 20% dos votos. Mas na Alemanha, ao invés disso, os partidos são eleitos e o chanceler é eleito por uma maioria dos membros do parlamento alemão (Bundestag). Como nenhum partido obteve maioria absoluta, a formação de uma coalizão governamental é necessária. O que torna esta eleição tão especial é que nenhum dos partidos pode obter mais de 30% e há três partidos com mais de 10% dos votos. Estes incluem os Verdes, o partido liberal FDP

e o partido de extrema-direita AfD que nega a mudança climática, entre outras coisas. Mesmo antes das eleições, qualquer coalizão com a AfD foi descartada. Teoricamente, uma formação governamental liderada pela CDU também seria concebível apesar da derrota eleitoral, ou uma Grande Coalizão renovada entre o SPD e a CDU. Mas a CDU está tão enfraquecida e a vontade da população de mudar o governo se expressou tão claramente que a coalizão mais provável é o SPD, os Verdes e o FDP.

Chegar a um acordo entre três partes não é fácil; já em 2017, a tentativa fracassou após várias semanas. Naquela época, a CDU/CSU, FDP e os Verdes negociaram. Uma inovação desta vez é que os Verdes e os Liberais se encontraram primeiro para conversar - uma ruptura com a tradição de que as conversações acontecem a convite do vencedor da eleição. Mas se se chegar a um maior acordo sobre isso, isso poderia realmente levar a uma coalizão mais estável. Neste fim de semana, serão realizados diálogos bilaterais com o SPD.

As tarefas centrais para os próximos governos na Alemanha serão a transformação sócio-ecológica, a reforma do sistema de pensões e a crescente desigualdade na sociedade. Com seu programa, o SPD representa uma política de justiça social, que especialmente durante os processos de transformação ecológicas e tecnológicas quer assegurar um equilíbrio social. Também na Alemanha, o fosso entre ricos e pobres está aumentando e a mobilidade social é cada vez mais uma questão de origem social. O programa do SPD inclui, portanto, um salário-mínimo de 12 euros ou a moradia acessível. Mas também quer uma compensação por um preço de CO2. Além disso, o programa prevê um programa de investimento em infraestrutu-

ra e educação, bem como uma taxa tributária mais alta para rendimentos altos e uma pensão segura numa sociedade que é cada vez mais velha. É mais provável que este programa seja implementado com os Verdes. Em uma possível coalizão com os liberais, que excluem, por exemplo, categoricamente os aumentos de impostos por altos rendimentos, as concessões são mais difíceis. Esta é outra razão pela qual as negociações podem se arrastar.

O novo governo também terá sem dúvida um impacto internacional. Sendo a economia mais forte da Europa, a Alemanha tem um papel decisivo a desempenhar, especialmente como líder no fortalecimento da UE, o que não é menos importante do que as questões financeiras, bem como no tratamento de desenvolvimentos antidemocráticos, por exemplo, na Hungria. A UE também deve se posicionar geopoliticamente em tempos de mudanças globais de poder, um multilateralismo em crise e cadeias de valores interconectadas. Isto também pode ser crucial para as relações com o Brasil, pois o claro compromisso com a proteção ambiental e as cadeias produtivas globais baseadas nos direitos humanos será particularmente relevante para as relações comerciais com o Brasil. Por último, mas não menos importante, o acordo da UE com o Mercosul foi congelado por causa das críticas maciças à proteção ambiental no Brasil.

Portanto, a eleição na Alemanha foi realmente uma escolha de direção decisiva para Alemanha e Europa e um voto para mais compromisso na crise climática, mais Europa e mais justiça social. Mas até que isso se realiza em políticas concretas precisamos esperar os resultados das complexas negociações nas próximas semanas. •

Cientista político, é representante da Fundação Friedrich Ebert no Brasil.

LULA E GLEISI PARABENIZAM O SPD ALEMÃO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, enviaram mensagem de congratulações aos dirigentes do Partido Social Democrata da Alemanha. Em nome do PT, ambos cumprimentaram Olaf Scholz e o SPD pelo resultado vitorioso nas eleições alemãs do último domingo.

O PT e o SPD mantêm um constante diálogo e parcerias em fóruns internacionais de partidos progressistas. “Estamos certos de que, sob a liderança do SPD, a Alemanha irá contribuir para um mundo mais equilibrado, multipolar e solidário, que reflita a geopolítica do século 21”, diz a nota.

A votação do SPD, um partido com a tradição de quase 160 anos de existência, mostra o compromisso de geração após geração de dirigentes partidários com os trabalhadores alemães, com a democracia, com a construção de um Estado de bem estar social e o desenvolvimento em harmonia e paz com a Europa”, apontam Lula e Gleisi. “Em todo o mundo, com atenção especial aos países em desenvolvimento, colaboram com causas e movimento sociais que lutam por um mundo melhor”.

Na segunda-feira, 27, Lula e Gleisi estiveram reunidos com Christoph Heuser, da Fundação Friedrich Ebert, para tratar dos “rumos da democracia no Brasil e no mundo e como os resultados da eleição alemã impactam e apontam novos caminhos para a Alemanha e a política global”. •

Iconographia/Memorial da Democracia

2 de outubro de 1912

NASCE EM SALVADOR MAURÍCIO GABROIS

Nasce em Salvador, filho de judeus russos, Maurício Grabois. Ele foi político, jornalista, militante do PCB e fundador do PCdoB. Foi um dos principais líderes comunistas do Brasil. Lutou contra a ditadura e teve seus direitos políticos cassados após o golpe de 1964. Na clandestinidade, passou a comandar a Guerrilha do Araguaia. Grabois esteve à frente da guerrilha por seis anos, até ser assassinado pelo Exército em dezembro de 1973.

1º de outubro de 1949

COMUNISTAS TOMAM O PODER NA CHINA

O líder comunista Mao Tse-tung proclama a criação da República Popular da China, após derrotar pelas armas Chiang Kai-shek, líder do Kuomintang (partido nacionalista). Esse foi o desfecho de uma luta entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e o Kuomintang, que vinha desde 1928. Uma vez no poder, Mao nacionalizaria os principais meios de produção e realizaria uma ampla reforma agrária, oficializando o Partido Comunista Chinês como dirigente do país. Depois da vitória em 1949, a China foi reorganizada, tendo inicialmente como parâmetro a União Soviética, com quem Mao Tse-tung romperia em 1958.



3 de outubro de 1953

GETÚLIO SANCIONA A LEI DA PETROBRÁS

O presidente Getúlio Vargas sanciona a lei que cria a Petróleo Brasileiro S/A, a Petrobrás, e institui o monopólio estatal da exploração, extração, refino e transporte de óleo bruto. O projeto já havia tramitado 22 meses na Câmara e no Senado.

A proposta original do governo causou polêmica porque criava a Petrobrás como empresa de economia mista (com 51% de participação do governo) e não instituiu o monopólio estatal.

Ao enviar ao Congresso um projeto moderado, Getúlio, ele próprio favorável ao controle estatal da produção petrolífera, correu um risco calculado. Queria provocar a reação dos setores nacionalistas e abrir um intenso debate na sociedade.

Sua estratégia deu certo: o projeto, ao não defender claramente o monopólio, provocou forte reação dos setores nacio-

nalistas. O general Felicíssimo Cardoso – presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen), entidade que unificava o movimento “O Petróleo É Nosso” – chegou a acusar o governo de atender aos interesses da norte-americana Standart Oil.

Mas a estratégia de Getúlio também teve resultados inesperados. A UDN, partido que fazia visceral oposição ao governo, acreditando que poderia desgastar o presidente no episódio, abandonou a defesa histórica da participação do capital privado e assumiu a bandeira do controle estatal.

Após longos debates, sucessivas emendas e negociações intermediadas por Gustavo Capanema, prevaleceu a tese do monopólio estatal. A Lei nº 2.004/1953, sancionada por Getúlio, garantiu ao Estado a exploração, extração, refino e transporte de óleo bruto.



3 de outubro de 1968

MORTE NA BATALHA DA MARIA ANTÔNIA

Estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) entram em confronto na rua Maria Antônia, no centro de São Paulo. O choque teve início por conta de um pedágio cobrado pelos alunos da USP para levantar fundos para o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os estudantes do Mackenzie

contavam com apoio do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

A rua Maria Antônia transformou-se numa verdadeira zona de guerra: a fachada do prédio da USP destruída, com janelas quebradas, sem contar os vários focos de incêndio e dezenas de feridos. Um secundarista, José Guimarães, morreu, atingido por um tiro na cabeça.

3 de outubro de 1966

COSTA E SILVA É ESCOLHIDO PRESIDENTE POR MILITARES

O general Arthur da Costa e Silva, um dos três membros da Junta Militar, é eleito indiretamente presidente da República, com 294 votos de deputados e senadores e 41 abstenções. Não participaram da votação 136 deputados do

MDB, que se retiraram do plenário. Ministro da Guerra (Exército) de Castelo Branco era representante da "linha dura". Costa e Silva tomaria posse em 15 de março de 1967, tendo como vice o deputado Pedro Aleixo, da Arena, um liberal da extinta UDN. O segundo general presidente credenciou-se como líder da facção mais extrema da ditadura desde 1º de abril de 1964.

5 de outubro de 1988

ENTRA EM VIGOR A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Após 20 meses de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, a nova Constituição é promulgada pelos 559 parlamentares, sob a Presidência do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Ele exaltou os avanços que a nova Carta introduzia na vida social e política brasileira, batizando-a de "Constituição Cidadã".

O processo constituinte foi um dos mais democráticos e abertos já ocorridos no Brasil, guardando diferenças importantes em relação às Assembleias do passado. Os parlamentares não se basearam em um anteprojeto previamente apresentado, mas elaboraram o texto a partir dos relatórios de 24 subcomissões, agrupadas em nove comissões temáticas. Outra diferença foi a participação popular no processo. Foram acolhidas 122 emendas populares e apresentadas mais de 11 mil sugestões às comissões.

A nova Carta deixou para trás os resquícios do Estado de Exceção, como disse Ulysses ao promulgá-la: "Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo".

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br



VOZES DA FLORESTA O músico e DJ Alok, ao lado de artistas dos povos Yawanawá, Huni Kuin e Guarani, fez show...

DIREITOS INDÍGENAS NO PALCO GLOBAL

Em show transmitido direto da Amazônia para o mundo pela internet, no Global Citizen Live, o DJ Alok promove a defesa dos povos das floresta e da cultura indígena, em megaevento que contou com Elton John, Coldplay e Green Day, entre outros artistas

A causa indígena brasileira – e a defesa dos direitos dos povos que vivem nas florestas da Amazônia e em áreas sob risco pela ação direta do governo Bolsonaro – ganhou repercussão novamente aos olhos do mundo, desta vez num show de música. O músico e DJ Alok, que tem fama e sucesso mundial, fez no sábado, 25, um show emocionante com indígenas dos grupos Huni Kuin, Yawanawá e Guarani, direto de um palco montado sobre uma balsa de um rio da Amazônia para o

Global Citizen Live. Do Brasil, além de Alok e dos indígenas, também participaram, do Rio de Janeiro: Mart'nália, Criolo, Liniker, Troppkillaz e Mosquito.

Mais de 50 grandes nomes da música internacional – entre eles Elton John, Coldplay, Billie Eilish, BTS, Demi Lovato, Jennifer López, Shawn Mendez, Kylie Minogue, Green Day, Tiwa Savage e Stormzy reforçaram o apelo no combate à pobreza e contra a desigualdade. O objetivo do movimento é ajudar a erradicar a pobreza extrema até 2030.

O megashow que durou 24 ho-

ras e foi transmitido para mais de 100 países, teve apresentações ao vivo, de diversas cidades do mundo, como Paris, Nova York, Johannesburgo, Lagos, Buenos Aires, Seul, Los Angeles, Mumbai, Londres, Sidney, Rio de Janeiro e da floresta amazônica.

Direto da maior floresta tropical do mundo, num palco montado numa balsa ancorada no rio Amazonas, o DJ e produtor brasileiro Alok participou do evento acompanhado por indígenas de três etnias: Huni Kuin, Yawanawá e Guarani Mbya. “Os cantos indígenas são as vozes ancestrais



... com transmissão simultânea para mais de cem países misturando o canções dos povos tradicionais à batida eletrônica

Fotos: Reprodução/Instagram

da floresta e diante do momento urgente que vivemos, devido às mudanças climáticas, é preciso ouvir o que a floresta tem a nos dizer”, disse Alok.

O show teve duração de sete minutos e contou com a participação dos músicos indígenas Mapu Huni Kuin, Owerá Kunumi MC, Célia Xakriabá e Tashka Yawanawa. Eles entoaram cantos ancestrais seguindo o ritmo do DJ. Um show potente e emocionante. Célia Xakriabá declarou: “Antes do Brasil da Coroa, existe o Brasil do cocar”.

Ao encerrar o show, Alok disse: “Juntos, podemos mover o mundo para defender o planeta e vencer a pobreza. Quero dedicar este momento a todos os cidadãos globais que estão na linha de frente, lutando para conter o aquecimento global. Estou muito honrado por fazer parte deste movimento global e sei que podemos mudar o mundo com uma ação de cada vez”.



“Agora é o tempo de entrar em ação. Nosso mundo está sofrendo devido às mudanças climáticas, impactando comunidades vulneráveis que vivem na pobreza - devemos convencer os líderes mundiais a agirem agora”, disse o DJ.

Célia Xakriabá reforçou: “Com coração sensível você tem genipapizado o som. O

canto ancestral indígena tem essa força incrível de atravessar o coração das pessoas a ponto delas irem embora do show e a alma continuar dançando. Parabéns a todos os envolvidos na construção desse espetáculo, em especial aos parentes indígenas pela força do cantar e do reencantar”.•



BETHÂNIA, A VOZ DO OPINIÃO, FAZ 75

Uma das maiores intérpretes da MPB faz aniversário e completa 56 anos de carreira musical, mas quem continua sendo festejado na sua arte é a alma do povo brasileiro

Alberto Cantalice

A deflagração da ditadura civil-militar de 1º de Abril de 1964 foi um balde de água fria na crescente popularização da cultura popular no Brasil. Ainda vivendo sob a “ressaca” do golpe, um grupo de artistas e intelectuais, liderados pelos dramaturgos e atores Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974), Paulo Pontes (1940-1976) e Armando Costa (1933-1984), e sob a direção de Augusto Boal, resolveram criar um show-manifesto de resistência no antigo Teatro Opinião, no Rio de Janeiro.

O primeiro show tinha a participação da cantora Nara Leão (1942-1989) e dos compositores negros Zé Kéti (1921-1999) e João do Vale (1934-1996). Em 13 de fevereiro de 1965, surge a cantora baiana Maria Bethânia Viana Teles Veloso. Convidada por Nara, a musa da Bossa Nova, para substituí-la no Opinião, Bethânia virou o grande espetáculo de contestação ao regime na cena cultural carioca.

Surpreendida pelo convite, a cantora, que até então só tinha participado de apresentações amadoras em Salvador, resolve

vencer a timidez e o embaraço inicial e parte para o Rio de Janeiro. Já na primeira apresentação, a célebre interpretação de “Carcará”, de João do Vale, encanta o público e trás luz para a cantora que, emplacando um sucesso atrás do outro, tornou-se uma das mais premiadas e recordista de vendagens entre os artistas de sua geração.

“Carcará, lá no sertão/ É um bicho que avoa que nem avião/ É um pássaro malvado/ tem o bico voltado que nem gavião.../ Carcará é malvado/ é valentão/ É a águia de lá do meu sertão/ Os burrego novinho num pode andar/ ele puxa no imbigio até matar.../ Carcará pega, mata e come/ Carcará não vai morrer de fome”.

Dona de um ecletismo ímpar, ao longo da carreira profissional de mais 50 anos, Bethânia ajudou a promover um significativo número de compositores e instrumentistas que tiveram na sua voz a sua porta de entrada para o reconhecimento: Gonzaguinha, Luiz Melodia, Caetano, Gil, Milton Nascimento, Chico Buarque, Zé Kéti, João do Vale, Dorival Caymmi, Edu Lobo, Noel Rosa, Tom Jobim, entre outros. Todos compõem a extensa lista de artistas que tiveram suas composições marcadas

na voz da estrela baiana.

Participante ativa do espetáculo *Doces Bárbaros*, juntamente com o irmão Caetano Veloso, Gilberto Gil e Gal Costa, em 1976, Bethânia – a única não oriunda do movimento Tropicalista – surpreendeu pelo grau de integração e interação, sendo um dos principais destaques da temporada.

Entre álbuns ao vivo, de estúdio e com participações exclusivas, Bethânia lançou 65 LPs e CDs. Um grande sucesso de sua carreira foi o disco *“As canções que Você Fez pra Mim”*, onde interpreta grandes sucessos da dupla Roberto e Erasmo Carlos.

São memoráveis ainda as suas gravações em dueto com Edu Lobo e Chico Buarque, que integram a galeria de gravações ao vivo que ficaram na história.

Ao completar 75 anos de vida – e 56 de carreira – Bethânia segue diversificando seus cantares e declamações pelo mundo. Intérprete de sentimentos variados, ela mantém firme sua indignação quanto às mazelas que cercam o dia a dia do país e mantém viva a chama de defesa dos indígenas, dos negros e daqueles que sofrem a intolerância e o desmazelo em solo pátrio. •

Venício A. de Lima

PAULO FREIRE

A prática da
liberdade,
para além da
alfabetização

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

autêntica



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

